



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
Faculdade de Administração

Diogo Willavian Maciel Dantas

**O IMPACTO DO MICROCRÉDITO NA EXPANSÃO DE PEQUENOS
EMPREENHIMENTOS:
análise do Programa Amazônia Florescer, na cidade de Ananindeua**

Belém do Pará

2012

Diogo Willavian Maciel Dantas

**O IMPACTO DO MICROCRÉDITO NA EXPANSÃO DE PEQUENOS
EMPREENHIMENTOS:
análise do Programa Amazônia Florescer, na cidade de Ananindeua**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Administração da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientador: Msc. José Thadeu Paulo Henriques.

Belém do Pará

Copyright © 2011

Universidade Federal do Pará

DANTAS, Diogo Willavian Maciel, 1990

Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Administração da Universidade Federal do Pará (PA). Belém

91 p.ilustradas.

1. Microcrédito. 2. Programa Amazônia Florescer.

I. Título

CDU XXXXXXXXXXXXXXX CDD- XXXXXXXX

Diogo Willavian Maciel Dantas

**O impacto do microcrédito na expansão dos projetos de micro
empreendedores:
análise do programa amazônia florescer, na cidade de Ananindeua**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a
Faculdade de Administração da Universidade
Federal do Pará, como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em
Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador:

Prof. Msc. José Thadeu Paulo Henriques - UFPA

Membro:

Membro:

Conceito:_____

Belém, 06 de Janeiro de 2012.

Dedico este trabalho a todos os empreendedores, que tornam seus sonhos em realidades concretas com muita determinação, trabalho e fé, enfrentando as muitas dificuldades existentes em nosso país ao desenvolvimento de suas atividades.

AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho como esse requer muita determinação, paciência e disciplina e os percalços quase sempre fazem parte da jornada, como que para testar se o discípulo está preparado.

Parafraseando Toni Garrido, poderia até dizer: **“ninguém não sabe o quanto eu caminhei, pra chegar até aqui...”**, mas sou consciente de que tive valioso apoio.

Agradeço primeiramente a Deus, presença constante em minha vida, pelo amor, proteção..., é privilegio do estudo.

A minha família, que com maestria, ensinou-me os valores morais e éticos que norteiam a minha vida

Ao meu Professor e Orientador José Thadeu Paulo Henriques por acreditar no meu trabalho e me dar condições de concretizá-lo através deste trabalho de conclusão de curso.

Aos professores, técnicos administrativos e colegas do curso de Administração, pelos momentos grandiosos que vivemos e que foram tão especiais para nossas vidas, que dividiram comigo os momentos bons e os “não tão bons”.

Ao BASA, especificamente na pessoa do supervisor de Microfinanças do Programa Amazônia Florescer na cidade de Ananindeua Alan França Farias, pela colaboração na execução deste trabalho e a toda equipe desta unidade do programa.

Aos microempreendedores, verdadeiros guerreiros do bom combate, que com boa vontade, responderam aos questionários da pesquisa.

Aos meus verdadeiros amigos e a todos que de alguma forma marcaram meus dias, e que estes não poderia dizer os nomes, sob pena de cometer injustiças, pelo amor, pelo apoio e companheirismo.

Você pode encarar um erro como uma besteira a ser esquecida, ou como um resultado que aponta uma nova direção. (Steve Jobs, 2010)

RESUMO

Este Trabalho de conclusão de curso realizou um estudo exploratório no Banco da Amazônia na cidade de Ananindeua, sobre o seu programa de microcrédito denominado Amazônia Florescer. Seu objetivo foi analisar o impacto do microcrédito na gestão dos empreendimentos dos clientes do programa, observando as melhorias obtidas no empreendimento do requisitante decorrentes da concessão do microcrédito, bem como verificando como são empregados os recursos financeiros obtidos pelo usuário do microcrédito. Foi realizado um estudo de caso e empregou como instrumentos de coleta de dados a entrevista não estruturada acompanhada de questionários estruturados. A pesquisa investigou as características gerais do microcrédito, o Grameen Bank, o conceito de microcrédito, o microcrédito produtivo orientado, as principais experiências no Brasil, o desenvolvimento do microcrédito no Brasil, as instituições microfinanceiras e Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Os resultados mostram que o programa Amazônia Florescer apesar de muito recente vem alcançando a sua missão de proporcionar aos empreendedores populares acesso aos serviços microfinanceiros, com tecnologia diferenciada, possibilitando a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento sustentável com inclusão e equidade social. Outro resultado impactante foi que a função destinada ao crédito que o empreendedor recebe também foi alcançado “capital de giro”, pois a maioria dos clientes aumentaram seus estoques e o número de produtos e serviços oferecidos. O programa se diferencia da política tradicional do sistema de crédito brasileiro ao ter na sua carteira de clientes pessoas com restrições no SPC e Serasa e a empreendedores informais organizados em grupos solidários.

Palavras – Chave: Microcrédito. Empreendedores. Banco da Amazônia.

ABSTRACT

This completion of course work conducted an exploratory study in the Bank in the Amazon town of Ananindeua, on its microcredit program called Amazon Bloom. His goal was to analyze the impact of microcredit in the management of customer projects of the program, noting the improvements made in the business of the applicant from the granting of microcredit, as well as looking at how employees use the financial resources obtained by the user of microcredit. We conducted a case study and used as instruments of data collection unstructured interview accompanied by structured questionnaires. The study investigated the general characteristics of microcredit, Grameen Bank, the concept of microcredit, micro-oriented production, the main experiences in Brazil, the development of microcredit in Brazil, microfinance institutions and the National Program of Oriented Productive Microcredit. The results show that the Amazon program in spite of very recent Bloom has achieved its mission of providing entrepreneurs access to microfinance services popular with differentiated technology, allowing the generation of jobs and income and sustainable development with social inclusion and equity. Another striking result was that the function intended for the entrepreneur receives credit has also been achieved "working capital" because most customers increased their inventories and the number of products and services offered. The program differs from traditional political system of the Brazilian credit to have on your client portfolio restrictions on people with SPC and Serasa and informal entrepreneurs organized in solidarity groups.

Words - Key: Microcredit. Entrepreneur. Bank of Amazonia.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Grameen Bank, dados históricos de valores em milhões US\$.....	30
FIGURA 2 – Conceito de microfinanças, microcrédito, microcrédito produtivo, microcrédito produtivo orientado.....	36
FIGURA 3 – Estrutura de Operacionalização do Programa.....	59
FIGURA 4 – Estrutura do Programa CRESCER.....	61
FIGURA 5 – Tecnologia do Microcrédito–AmazonCred.....	64
FIGURA 6 – Organograma do Programa Amazônia Florescer.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição regional e atuação das SCM.....	55
GRÁFICO 2 – Distribuição das IMFs por Constituição Jurídica.....	57
GRÁFICO 3 – Distribuição por região do PNMPO.....	60
GRÁFICO 4 – Motivo pelo qual empreendeu.....	67
GRÁFICO 5 – Principais mudanças ocorridas após a operação de microcrédito.....	68
GRÁFICO 6 – Formas de utilização do lucro pelo empreendedor.....	71
GRÁFICO 7 – Proporções do aumento na renda do cliente.....	72

LISTA DE QUADROS

QUADRO – 1 Marco Jurídico do Microcrédito No Brasil.....	44
QUADRO – 2 Principais ações do governo federal para promoção do microcrédito.	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Atuação dos bancos privados brasileiros no microcrédito.....	52
TABELA 2 – Variação de crescimento da renda mensal da empresa.....	70
TABELA 3 – Principal impacto na força de trabalho.....	72
TABELA 4 – Principais mudanças posteriores à utilização do microcrédito.....	73
TABELA 5 – Principais mudanças posteriores à utilização do microcrédito.....	73

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AGI – Agente de Intermediação
BC – Banco Central do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores
CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CMN – Conselho Monetário Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENAPE – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
IFOs – Instituição Financeira Oficial Federal
IMF – Instituição de microfinanças
IMPO – Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado
MPE – Micro e Pequenas Empresa
MPO – Microcrédito Produtivo Orientado
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização não-governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCPP – Programa de Crédito Produtivo Popular
PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
SCM – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFN – Sistema Financeiro Nacional
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações
WWB – *Women's World Bank*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Tema.....	19
1.2 Problematização.....	19
1. 3. Justificativa.....	20
1.4 Hipótese.....	21
1.5 Objetivos.....	21
1.5.1 <i>Objetivo Geral</i>	21
1.5.2 <i>Objetivos Específicos</i>	21
1.6 Método.....	22
1.6.1 <i>Universo da Pesquisa</i>	23
1.6.2 <i>Amostra</i>	24
1.6.3 <i>Método de Coleta de Dados</i>	24
2.1 Idéias gerais sobre o microcrédito.....	26
2.2 Informações principais do microcrédito no Grameen Bank.....	27
2.3 O conceito de microcrédito.....	30
2.4 O microcrédito produtivo orientado.....	31
2.5 O microcrédito no Brasil.....	39
2.5.1 <i>Desenvolvimento do microcrédito no Brasil</i>	45
2.5.2 <i>Instituições de microfinanças (IMF)</i>	50
2.5.3 <i>Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNPMO)</i>	57
3. PROGRAMA AMAZÔNIA FLORESCER.....	62

3.1 Conjuntura Atual da Cidade de Ananindeua.....	67
3.1.1 Empreendedorismo em 2011	68
3.1.2 Programa Microcrédito empreendedor	69
3.1.3 Programa Cidadão Empreendedor.....	69
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	70
4.1 Limitações da pesquisa.....	70
4.2 Dados levantados	71
4.2.1 Tipo de empreendedor	71
4.2.2 Impactos no desempenho operacional dos empreendimentos.....	72
4.2.3 Impactos na qualidade de vida.....	76
4.2.4 Visão do cliente as sua vida antes e depois do empréstimo	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	80
REFERÊNCIAS.....	84
LISTA DE SÍTIOS	86
APÊNDICE.....	87
ANEXOS	90
GLOSSÁRIO.....	93

1 INTRODUÇÃO.

Este capítulo apresenta um breve abordagem da importância do estudo do Microcrédito, além de abordar a questão de pesquisa e os objetivos do trabalho e metodologia empregada.

1.1 Tema.

O impacto do microcrédito na expansão dos projetos de micro empreendedores individuais e pequenas empresas, na cidade de Ananindeua.

1.2 Problematização.

A atual desaceleração do crescimento mundial está proporcionando algumas mudanças na concepção quanto à importância dos pequenos negócios e o seu papel no enfrentamento contra o desemprego. As micros e pequenas empresas (MPEs) compreendem pela maioria das unidades produtivas criadas anualmente, elas geram novas oportunidades aquecendo a economia de sua localidade.

Entretanto, na maioria das vezes os bancos focalizam seus produtos e serviços nas grandes organizações, destinando escassos recursos ao investimento e promoção de pequenos empreendimentos solidários. O microcrédito potencializa uma minimização das imperfeições do sistema econômico.

Quais as dificuldades dos empreendedores enfrentam após obterem o microcrédito? Como as Instituições públicas e privadas podem contribuir para o sucesso de pequenos empreendimentos na cidade de Ananindeua?

Assim esse trabalho aborda o problema de identificar os resultados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) na cidade de Ananindeua bem como analisar a interação entre os órgãos envolvidos no desenvolvimento do empreendedorismo local.

1. 3. Justificativa.

Os serviços financeiros e, sobretudo, a oferta de crédito desempenham funções fundamentais no processo de desenvolvimento econômico e na redução da pobreza. Entretanto, o cumprimento destas funções depende da construção de sistemas financeiros includentes, ou seja, acessíveis a todos os cidadãos. A conjuntura atual do sistema financeiro Brasileiro ainda não atende de forma satisfatória às necessidades das pequenas e microempresas e menos ainda às dos trabalhadores por conta própria, os milhões de famílias e indivíduos empenhados em negócios e iniciativas dos mais variados, com os quais na maioria das vezes geram a renda única e indispensável a sua sobrevivência ou complementam suas poucas receitas em outras atividades formais ou informais.

A emergência das microfinanças representa um grande passo nesse sentido já que vêm se consolidando, nas últimas décadas, como instrumento efetivo na luta contra a pobreza via acesso ao crédito. Contudo a construção de políticas e instrumentos que eliminem os obstáculos de acesso ao crédito e viabilizem o "financiamento para todos", ou seja, inclua as populações de baixa renda e os empreendedores informais nos mercados de crédito, talvez seja o maior desafio das instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) nesse início de século XXI.

A relevância deste trabalho justifica-se pela necessidade de elaborar um estudo que possa subsidiar ações efetivas de instituições de microfinanças em suas implementações do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), na cidade de Ananindeua, e por fim analisar os impactos desse mecanismo na vida dos seus beneficiários.

1.4 Hipótese.

O microcrédito na atual conjuntura da realidade se consolidou como uma alternativa de dinamização da economia local, impulsionador de crescimento econômico e gerador de emprego e renda. Entretanto o Estado Brasileiro atuou e atua de forma reativa nesse aspecto com programas que ainda burocratizam o processo de aquisição do crédito produtivo.

A efetividade deste mecanismo não está em emprestar recursos à taxa inferiores paliçadas no mercado, contudo é necessário difundir conhecimento técnico, acompanhamento in loco por parte da financiadora do empreendimento beneficiado e otimização do capital social da região.

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral

Analisar o impacto do microcrédito na gestão dos empreendimentos dos clientes do programa Amazônia florescer no município de Ananindeua.

1.5.2 Objetivos Específicos

- ✓ Analisar as melhorias obtidas no empreendimento do requisitante decorrentes da concessão do microcrédito.
- ✓ Verificar como são empregados os recursos financeiros obtidos pelo usuário do microcrédito.

1.6 Método

A metodologia utilizada neste trabalho é baseada nas pesquisas do tipo exploratório.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa exploratória "(...) têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses". Esse tipo de pesquisa, segundo o mesmo autor, pode envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências pratica com o assunto pesquisado. Em virtude do seu planejamento ser bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisas bibliográficas, estudo de caso e levantamentos de campo.

A abordagem exploratória deste estudo visa fazer o levantamento bibliográfico e documental dos assuntos referentes à Microcrédito no Brasil e no mundo, analisando sua forma de atuação e os resultados de sua aplicação, com o aprofundamento nestes temas, baseando-se nos principais autores, artigos, sites e entidades relacionados aos temas em questão.

A pesquisa é do tipo Qualitativa, pois, ela é uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo (2003, p. 16-18). Nesse tipo de pesquisa trabalha-se com aspirações e hábitos, levando em consideração a vivência, a experiência, o cotidiano e a compreensão de estruturas e instituições como resultado da ação humana (DESLANDES, 1994, p 21).

Os procedimentos técnicos utilizados foram às pesquisas bibliográfica, documental, etnográfica, levantamento, observação direta intensiva e entrevista e uso de questionários.

A pesquisa bibliográfica foi elaborada com base em material já publicado, abarcando revistas, teses, dissertações, artigos, literaturas de autores cujo objeto de estudo é focado no credito produtivo orientando e etc. envolvendo. A pesquisa

documental de acordo com Gil (2010), “(...) utiliza - se de materiais que não receberam um tratamento analítico ainda (...)”, foram usados relatórios dos principais programas de microcrédito no Brasil e de instituições de pesquisa no ramo de empreendedorismo e dos órgãos de classes dos empreendedores como associações e etc, com fulcro nessas informações será possível elaborar um mecanismo de análise para avaliar se o objetivo do governo federal está sendo alcançado cujo, mesmo tem como essência atuar com microempreendedores informais excluídos do sistema de crédito tradicional o aprofundamento dessas variáveis será baseado em relatórios do Banco e OSCIP responsável pela operacionalização deste programa.

De acordo com Gil (2010), A pesquisa etnográfica geralmente é usada para descrever elementos de uma cultura específica, baseada em informações coletadas mediante trabalho de campo. Ela não se vale unicamente das técnicas de entrevista e de observação, mas também de análise de documentos, de fotografias e filmagem. Foram realizadas 6 (seis) visitas na unidade de microfinanças do programa em Ananindeua onde foram realizadas observações e fotografias.

Dessa forma, o trabalho será realizado baseado nos procedimentos técnicos acima citados, abordando o desenvolvimento histórico do assunto proposto, assim como seus conceitos e definições, realizando também a aplicações de questionários e entrevistas no local de estudo.

1.6.1 Universo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na unidade de microfinanças do Programa Amazônia Florescer no município de Ananindeua, localizada na We 37 esquina com a Sn 03, no Bairro da Cidade Nova 4, onde está concentrando o centro comercial deste município. Nesta agência desempenha suas funções laborais um supervisor do banco e os colaboradores da AmazonCred, OSCIP responsável pela operacionalização do Programa Amazônia Florescer. A carteira de clientes do programa de acordo com o supervisor de microfinanças desta unidade (Alan Farias) é composta de 1500 clientes.

1.6.2 Amostra

Os elementos que constituíram a amostra deste estudo foram selecionados pela técnica não probabilística intencional. A amostra de uma pesquisa, de acordo com Trujillo (2001), corresponde a uma parcela selecionada do universo.

A utilização da amostragem não probabilística respaldada por Mattar (1997) é justificada pelos seguintes aspectos: a) pode ser que a população toda não esteja disponível para ser sorteada; b) pode ser que recursos financeiros, materiais e humanos necessários para a realização da pesquisa com a amostragem probabilística não estejam disponíveis.

De acordo com Gil (2010), a amostragem não probabilística depende unicamente dos critérios do pesquisador e podem ser por conveniência e julgamento. Assim neste trabalho utilizou-se esses dois critérios, conveniência pela acessibilidade dos entrevistados e julgamento com essa metodologia foi possível analisar uma amostra significativa atendendo as expectativas deste trabalho.

A amostra foi constituída por 50 (cinquenta) clientes ativos do programa desta unidade do programa.

1.6.3 Método de Coleta de Dados

Para se realizar o levantamento dos dados foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o questionário que de acordo com Gil (2010), envolve duas pessoas numa situação “face a face” onde uma delas formula questões e a outra responde. Foi realizado um pré teste com 5 (cinco) questionários no dia 07 de novembro na 1º visita, onde foram analisadas a clareza e precisão dos termos, quantidade e formas das perguntas e ordem das indagações.

Este levantamento foi realizado durante o mês de dezembro de 2011, para atingirmos o maior número possível de clientes do programa a pesquisa foi feita em 5 (cinco) dias: 15, 19, 20, 21 e 22, deste mês no horário de 8 (oito) às 12 (doze) horas e foram entrevistados no máximo 2 (dois) integrantes de cada grupo solidário, ou seja, foram entrevistados no mínimo 25 grupos do programa.

Após a aplicação dos questionários eram realizadas entrevistas não estruturadas com o supervisor do programa desta agencia o senhor Alan Farias, bem como a coordenadora operacional da AmazonCred a senhora Jane Santos. No intervalo destas eram realizadas observações e tiragem de fotos

2. REFERENCIAL TEÓRICO.

Este capítulo aborda as principais bases teóricas deste trabalho. Durante a leitura é possível entender como está o segmento de microcrédito no Brasil e seus principais impactos na vida e nos empreendimentos dos participantes desta metodologia de inclusão creditícia.

2.1 Idéias gerais sobre o microcrédito.

As concessões de microcrédito começaram a serem realizadas nos meados do século XIX, na Alemanha, através de cooperativas de crédito, formadas para possibilitar o acesso de pequenos empreendedores a recursos financeiros de que necessitavam.

A manifestação pioneira de microcrédito ocorreu no sul da Alemanha, em 1846. Foi fundada pelo pastor Raiffeisen e foi nomeada de “Associação do Pão”. Após um rigoroso inverno, os fazendeiros locais ficaram endividados e na dependência de agiotas. O pastor concedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, conseguissem gerar capital de giro. A associação desenvolveu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre (SILVEIRA FILHO, 2005).

Com o passar do tempo essas associações passaram a ser conhecidas como “Bancos do Povo”, chegando a 1002 bancos do povo na Alemanha no ano de 1912, mobilizando 641 mil associados. Essas iniciativas contribuíram para o desenvolvimento dos princípios da economia solidária, tendo se expandido para vários países da Europa no século passado (SINGER, 2002).

Em meados do século XIX, os fundos de empréstimo da Irlanda também desempenharam importante papel no mercado de crédito ao permitirem aos pobres, inclusive a mulheres solteiras, acesso a recursos inacessíveis pelo canal tradicional dos bancos. Esses fundos operavam localmente, concedendo na vizinhança empréstimos de baixos valores, com pagamento semanal, sendo a principal fonte de crédito para os dois terços mais pobres da população entre 1830 e 1850.

Em Quebec, no Canadá, por volta de 1900, foi criada a primeira caixa de poupança popular, idealizada por Alphonse Desjardins jornalista da Assembléia Legislativa, com ajuda de 12 amigos, conseguiu o montante inicial de 26 dólares canadenses para emprestar aos mais pobres. Essas poupanças populares passaram a ser chamadas de “Caisses Populaires” e se tornaram agências de crédito baseadas no trabalho solidário, nessas cooperativas populares, os membros depositavam suas pequenas economias e acessavam créditos de pequeno valor para o incremento de seus negócios. A experiência se multiplicou e já em 1970 havia 1339 caixas populares e de poupança econômica, atendendo mais de 4,4 milhões de membros. Em fins de 2007, seus ativos totalizavam cerca de \$144,1 bilhões de dólares canadenses, havendo mais de seis milhões de membros no Canadá, sendo aproximadamente 400 mil empreendedores.

Vários programas pontuais com características de microcrédito foram praticados, como as cooperativas de crédito nos Estados Unidos e na Europa, entretanto essas práticas foram pontuais e não tiveram continuidade. A sistematização do microcrédito atual teve como base a experiência de Bangladesh, coordenada pelo professor Muhamad Yunus, que propagou mundialmente o microcrédito como atualmente ele é conhecido.

2.2 Informações principais do microcrédito no Grameen Bank.

Muhammad Yunus, professor de Economia da Universidade de Chittagong, situada no distrito de mesmo nome, próximo de Jobra, uma aldeia de pessoas bem pobres notou, que apesar de serem muito pobres essa população mantinha seus pagamentos em dia, mas para sair da condição de pobreza extrema lhes carecia o acesso ao crédito de forma desburocratizada, sem a exigência de garantias reais, que não podiam ser oferecidas por eles, as ações do Grameen Bank Project, contaram com o apoio de doações e financiamentos de bancos privados e internacionais.

Yunus constatou que essas pessoas próximas da Universidade onde ele lecionava, não tinham acesso ao crédito nos bancos comerciais pra financiar suas pequenas atividades produtivas, levando-as a recorrer a agiotas. Assim, tal situação o fez que com dinheiro próprio e ajuda de seus alunos, ele iniciasse um mecanismo

de concessão de empréstimos a uma parcela daquela população pobre –US\$ 27.00 para um grupo de 42 pessoas.

A prática do microcrédito, através da criação de um banco para emprestar dinheiro para pobres, foi instituída por Yunus, após o ano de 1974, ano em que Bangladesh enfrentou um período de fome, que dizimou muitas pessoas.

Segundo Yunus (2001, p.13):

O governo providenciou pontos de distribuição de sopa para os pobres, mas o alimento se esgotava antes de ser servido a todos [...] Organizações religiosas se esforçavam por juntar os corpos a fim de lhes oferecer uma sepultura decente. Mas os cadáveres se acumulavam num ritmo tão acelerado que foi preciso rapidamente desistir da idéia.

Os princípios filosóficos de sua atuação inspiraram a adoção do modelo do Grameen Bank em diversos países, inclusive no Brasil:

- criar facilidades bancárias aos pobres;
- eliminar a exploração financeira dos pobres pelos seus credores;
- criar oportunidades de auto emprego para os desempregados;
- inserir a população carente, especialmente as mulheres donas-de-casa mais pobres, em um sistema no qual elas ganhem autonomia e empoderamento;
- reverter o antigo círculo vicioso de “baixa renda, baixa poupança e baixo investimento” em um círculo virtuoso de “baixa renda, injeção de crédito, investimento, maior renda, maior poupança, maior investimento e maior renda”.

O crédito concedido pelo Banco Grameen não acontece de forma tradicional, onde há excesso de burocracia, demora e exigências de garantia reais, dois pontos foram basilares para metodologia desse banco:

- O aval solidário, formação de grupos de cinco pessoas da comunidade atendida, que se responsabilizam mutuamente pelos empréstimos; e
- A análise e o acompanhamento dos tomadores de empréstimo realizados por uma pessoa especialmente capacitada, o Agente de Crédito.

Os empréstimos são de baixo valor, mas evolutivo, geralmente se iniciando com US\$10,00 e aumentando à medida que novos créditos são concedidos, significando empréstimos médios de US\$ 100,00. Ainda que esses valores sejam baixos, são suficientes para financiar os pequenos empreendimentos dos tomadores, com a compra de maquinário e estoques, afirma o sítio oficial do Grameen na Internet.

Desde 1983 o Grameen transformou-se em um banco independente, já 2007, possui uma carteira de 7,4 milhões de clientes, uma carteira ativa de 498 milhões de dólares, estando presente em 58 países, conforme dados oficiais do banco. Outros dados podem ser visualizados na tabela a seguir.

Figura 1 - Grameen Bank, dados históricos de valores em milhões US\$.

Indicador	1976*	1980	1990	2000	2005	2006	2007
Desembolso acumulado (todos os empréstimos)	0.001	1.31	248.08	3060.44	5025.61	5750.57	6685.51
Desembolso (no ano)	0.001	1.1	68.73	268.44	608.79	724.96	731.49
Total de ativos	n/d	n/d	n/d	n/d	632.97	819.83	941,27
Carteira de empréstimos brutos	n/d	n/d	n/d	n/d	424.44	482.10	532.02
Empréstimo médio por cliente (em US\$1,00)	n/d	n/d	n/d	n/d	84	77	79
A receber no final do ano	0.0003	0.83	38.60	193.26	415.82	471.19	529.53
Número de grupos	-	2.935	173.907	503.001	877.142	1.086.744	1.168.840
Número de membros	10	14.830	869.538	2.378.356	5.579.399	6.908.704	7.411.229
Membros mulheres %	20	31	91	95	96	97	97
Número de vilas atendidas	1	363	19.536	40.225	59.912	74.462	80.678
Número de agências	1	24	781	1.160	1.735	2.319	2.481
Lucro/Perda (no ano)	-	-	0.0027	0.21	15.21	20.00	1.56

Nota: (*) Empréstimos concedidos por meio do Janata Bank

Fontes: Site oficial do Grameen Bank e *The MIXMarket*

Os dados da tabela nº 1 indicam a estrutura atual do Grameen Bank destacando que o crescimento do Grameen Bank proporcionou a diversificação de suas atividades, que se expandiram para linhas de crédito à habitação, produtos de poupança, seguro de saúde, crédito para a aquisição de equipamentos de energia solar, celulares, etc.

O Professor Yunus provou que os pobres são merecedores de crédito, no sentido de confiança e que são bons pagadores de pequenos empréstimos. O fundador do Grameen conseguiu financiamentos e doações para criar o seu banco.

O Banco Grameen constitui uma referência para a comunidade internacional de microcrédito, o seu modelo já foi reproduzido em mais de 30 países. E em 2006 Yunus, ganhou o prêmio Nobel da Paz de 2006, hoje o Banco Grameen Bank, possui um patrimônio de mais de 2 milhões de clientes, com uma carteira que gira em torno de US\$ 500 milhões.

2.3 O conceito de microcrédito.

O microcrédito é um subproduto do ramo de oferta de crédito voltado a realidade dos nanonegócios. Sua atuação se dá em pequenas quantidades a pessoas mais carentes que procuram nesta modalidade de crédito o financiamento para seus negócios. Segundo Silva (2007).

O conceito de microcrédito nega algumas das principais características do sistema tradicional de crédito [...] o microcrédito é fornecido baseado principalmente na análise sócio-econômica do cidadão, onde pesa, principalmente, a avaliação subjetiva relativa às intenções e potencialidades do cliente, feita pelo agente de crédito.

Para Barone, Dantas e Rezende (2002, p.26) o microcrédito consiste em:

A concessão de crédito de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimentos) e é concedido com o uso de metodologia específica.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) define microcrédito como a “concessão de empréstimos de relativamente pequeno valor, para atividade produtiva, no contexto das microfinanças” (NICTER et alli, 2002).

Sandroni (2005, p. 540) também diz que o Microcrédito é um crédito fornecido em pequena escala para pessoas menos favorecidas, destinado ao crescimento de seu negócio, ele deve ser usado de alguma forma como “investimento” em seu empreendimento. Por isso o nome Microcrédito Produtivo Orientado.

Também nesta ótica, Neri (2008, p.29) sinaliza o microcrédito como o “ramo das microfinanças destinado exclusivamente para o setor de empréstimos que visa atender nanoempreendedores”.

Para Yunus (2001) o microcrédito é um direito fundamental do homem; uma espécie de missão na assistência de famílias pobres para poderem superar sua situação de pobreza.

Em meio a estas definições entende-se que o microcrédito permeia caminhos que estão além das questões financeiras, perpassando por aspectos de cunho social, onde pesa a responsabilidade de criar condições dignas de desenvolvimento dos pequenos negócios existentes podendo ser caracterizado como uma política de combate à pobreza e não somente como política de financiamento, via de regra, estes empreendimento são administrados por pessoas da classe mais baixa da população.

Assim, o microcrédito é uma linha especial de crédito de baixo valor, destinado a nanoempreendedores que em grupo solidários¹ promovem uma garantia mútua, dispensando a garantia real exigida pelos bancos.

A ampliação do microcrédito fez surgir, no sistema financeiro, a percepção de que é possível proporcionar serviços financeiros aos pobres, criando um novo mercado a ser explorado, o das microfinanças.

2.4 O microcrédito produtivo orientado.

Segundo Franco (2001), conselheiro e Membro do Comitê Executivo da Comunidade solidária, o crédito produtivo orientado é especializado para determinado segmento econômico, o pequeno empreendedor informal e a

¹ Glossário

microempresa visam a apoiar negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda e que não realiza financiamentos para o consumo.

O público-alvo do MPO são microempreendedores do comércio, da indústria ou da prestação de serviços, do mercado formal e informal de Brasil, que estejam atuando individualmente ou organizados em cooperativas e associações.

O microcrédito orientado é uma metodologia de democratizar o acesso ao crédito compatível com suas necessidades, libertando os empreendedores das mãos dos agiotas. Entretanto, a maioria dos tomadores de empréstimo encontra-se com baixa escolaridade ou mínimo de acesso a informações básicas sobre economia e negócios, não conseguem administrar eficientemente o crédito obtido. Assim, os projetos de microcrédito, precisam estar integrados a programas de alfabetização, qualificação e garantias de renda mínima.

A maior inovação do microcrédito é o fim do processo padrão de análise da capacidade de pagamento do devedor, através de demonstrativos contábeis, sendo avaliada na própria residência ou no sede do empreendimento, com base na análise do agente de crédito das condições de trabalho e de vida. Dessa forma, é criado um vínculo “relação solidaria” entre o devedor e a instituição credora, substituindo a habitual relação antagônica e minimizando os riscos da operação financeira.

Existe muita confusão entre o crédito popular, que possui como princípio essencial o aumento do consumo e o crédito produtivo orientado, fundamentado no financiamento de pequenas atividades produtivas.

O microcrédito, por si só, não cria oportunidades, contudo ele permite que sejam viabilizados empreendimentos que podem ser lucrativos, capazes de proporcionar renda, trabalho e investimentos com forte efeito multiplicador, não apenas dinamizando a economia, mas primeiramente criando cidadania para uma grande parcela da sociedade pertencente a esses negócios.

Nesse sentido, afirma Néri (2008: 10): “uma sociedade sem crédito é uma sociedade de oportunidades limitadas, onde projetos lucrativos não saem do papel”.

Ainda que não exista uma tecnologia única, é possível identificar algumas características gerais do microcrédito:

- Atendimento a um segmento específico
- Crédito produtivo
- Crédito orientado
- Ausência de garantias reais
- Redução dos custos de transação do financiamento
- Adequação do crédito ao ciclo do negócio

a) Atendimento a um segmento específico

O público-alvo das políticas de microcrédito são os pequenos empreendimentos informais e microempresas, permitindo o acesso de seus proprietários de baixa renda a empréstimos que não lhes seriam concedidos no sistema financeiro tradicional dada sua impossibilidade de oferecer colateral, garantias reais, além de ultrapassar barreiras como procedimentos burocráticos que lhes impõem custos de transação adicional.

Nesse sentido, o microcrédito, enquanto ferramenta de alívio da pobreza, deve voltar-se ao apoio de negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas pobres, e não financiar o consumo.

b) Crédito produtivo

Conforme definido anteriormente, o conceito de microcrédito relevante para as análises desenvolvidas nesse estudo é de um crédito especializado para investimento produtivo, dinamizador de empreendimentos. O objetivo do crédito que é concedido é, em sua maioria, aquisição de capital de giro e de ativos fixos. Então, o que a instituição emprestadora deve analisar é a capacidade de o tomador criar riqueza para pagar o crédito obtido.

c) Crédito orientado

A atuação do agente de crédito é imprescindível para o sucesso do microcrédito. Expressiva parte dos microempreendimentos atendidos por suas

instituições é de caráter informal e a formação sócio-cultural de seus proprietários de baixa renda é, em geral, insuficiente para garantir o sucesso do empreendimento, o que torna muito importante a orientação que os agentes de créditos vai lhes fornecer.

Paralelamente, a ausência de garantias reais nas operações reforça a necessidade de procedimentos específicos no processo de concessão de microcrédito, indo ao encontro das necessidades de sustentabilidade da própria instituição credora, pois a ação do agente de crédito é igualmente fundamental tanto na captação de clientes como na minimização da inadimplência.

Assim, o microcrédito deve ser concedido de forma assistida, sendo que a “postura do Agente de Crédito, suas atitudes, linguagem e abordagem devem levar aos pequenos empreendedores as informações e orientações essenciais para o êxito do negócio” (SILVEIRA FILHO, 2005).

O agente é, também, o elo entre a instituição de microcrédito e o tomador do empréstimo. No microcrédito, o banco vai ao cliente e o agente de crédito é quem representa a instituição emprestadora, indo ao indivíduo oferecer crédito. O tomador nem sempre vislumbra o crédito para seu empreendimento e, não raro, tem receio de se endividar. Assim, com as orientações e esclarecimentos prestados pelo agente de crédito estabelece-se uma relação profissional de confiança que favorece a captação de cliente se a renovação dos empréstimos.

Pela rede de relações sociais que estabelece com seus clientes, esse agente é uma fonte básica de informações sobre o mercado de microcrédito em uma comunidade, ele é responsável pela divulgação, avaliação e concessão do microcrédito, indo ao tomador oferecer crédito, acompanhar a criação de grupos solidários e outras operações, bem como recolher os pagamentos.

Cada instituição estabelece uma metodologia de trabalho para seus agentes de crédito. Entretanto, Silveira Filho (2005) faz uma breve descrição de suas atividades, que começam com uma entrevista com o pretendente ao microcrédito, no local do empreendimento, muitas vezes sua própria moradia. O diagnóstico da situação financeira e dos aspectos gerenciais do negócio é efetuado com base no

diálogo com o cliente. Com base nessas informações e em índices financeiros, planos de investimentos, fluxos de caixa e outros instrumentos o agente de crédito dá continuidade ao processo de avaliação e dimensiona a viabilidade do crédito a ser concedido.

Aqui novamente a confiança é uma variável relevante, pois a análise quantitativa é simplificada, ainda que o plano de investimento e o fluxo de caixa dos empreendimentos sejam considerados. A relação de confiança estabelecida entre o tomador e o agente de crédito é fundamental para que ele possa analisar a viabilidade econômico-financeira de empreendimentos informais, quase sempre sem registros.

d) Ausência de garantias reais

Pessoas pobres têm dificuldades de sinalizar sua capacidade de pagamento para instituições financeiras tradicionais, fazendo-as recorrer a agiotas ou outros mecanismos de financiamento, ainda que muitas vezes esses sejam mais caros e não legais, deixando-os vulneráveis a sanções sociais, podendo até colocar em risco suas vidas ou de suas famílias.

Na ausência de bens reais, as instituições de microcrédito usam colaterais substitutos, como os colaterais sociais para garantir o pagamento dos empréstimos. Assim, usam do capital social dos pobres para viabilizar seu acesso ao crédito.

Há basicamente duas metodologias no microcrédito, como resumem Silva & Góis (2007), e nas duas últimas observa-se a ausência da exigência de garantias reais: contratos individuais, grupos solidários e bancos comunitários.

Na primeira, as garantias exigidas são avalista ou alienação de bens, à semelhança do crédito tradicional. Os empréstimos individuais são concedidos mediante análise aprofundada do empreendimento, verificando-se itens como desempenho passado, histórico de crédito do cliente, viabilidade dos planos de negócios, e referências de mercado, explicam Silva & Góis (2007). Ao término do prazo, o beneficiário deve pagar o capital inicial contratado, acrescido dos juros

gerados durante o período de vida do empréstimo, com a responsabilidade recaindo no próprio indivíduo.

No caso dos grupos solidários, as operações de empréstimos são efetuadas para grupos de empreendedores, geralmente de três a sete pessoas, unidas por um vínculo comum como amizade ou vizinhança. Esses proprietários de pequenos negócios se co-responsabilizam pelo valor total do crédito, pelo pagamento da quantia total devida pelo grupo.

A garantia para a devolução do empréstimo baseia-se na pressão social. Espera-se que a pressão interna no grupo seja capaz de impor a pontualidade dos pagamentos, funcionando eficientemente na garantia do crédito sem que sejam exigidos avalistas ou a alienação de bens, ampliando seu alcance a mais empreendedores de baixa renda.

Os free riders são pessoas que têm comportamentos não desejados pelo grupo. Por isso, nessa metodologia é fundamental a auto-seleção, o que favorece que os membros do grupo aceitem dividir a responsabilidade de serem punidos caso um deles não pague o empréstimo. Em consequência, a experiência de várias instituições mostra que a formação desses grupos deve ser um processo autônomo, com os tomadores de crédito associando-se a pessoas que já conhecem previamente, de sua confiança e que com as quais já têm laços sociais anteriores, favorecendo o referido automonitoramento.

É importante destacar que, no microcrédito, independentemente se a metodologia é de crédito individual ou grupos solidários, a atuação de agentes de crédito da instituição é fundamental para orientar os empreendedores em prol êxito de seus negócios e capacitá-los a administrar o empréstimo.

Como se vê, o colateral social atua como mecanismo de superação dos problemas de informação, ou seja, os problemas de seleção adversa, risco moral e dos elevados custos de monitoramento do mercado de crédito. Nos empréstimos em grupo os problemas de seleção adversa são minimizados pois, em uma comunidade, as pessoas estão mais aptas a diferenciar aquelas com maior propensão ao calote, com custos extremamente reduzidos, o que não seria

facilmente observável por uma instituição emprestadora tradicional. Logo, com a redução da assimetria o mercado torna-se mais seguro e assegura-se a expectativa de retorno do capital emprestado.

Os membros de um grupo também se automonitoram, reduzindo o risco moral. Na comunidade, é relativamente fácil acompanhar as ações econômicas de seus companheiros de grupo, o que é incentivado pelo fato de todos podem ser penalizados com o pagamento da dívida de outros e a conseqüente não renovação de empréstimos.

e) Redução dos custos de transação do financiamento

A agilidade na entrega do crédito, com minimização do prazo entre a solicitação e a entrega do crédito, para que incentivem seu bom uso e o pagamento em dia requerem do microcrédito a redução da burocracia. Ademais, tempo é um recurso escasso para os empreendedores e reduzir ao máximo os custos de transação do financiamento ao pequeno empreendedor pode ser muito importante. Para eles, esse custo pesa mais do que o custo financeiro dado que pagam juros extra-bancários exorbitantes a agiotas e fornecedores. Quando não se submetem a essas situações e não tomam emprestado, limitam seu crescimento por falta de capital, como afirma Dantas (2005).

Assim, para elevar o impacto social do microcrédito, suas instituições devem estar localizadas em áreas próximas aos empreendimentos que serão atendidos, bem como diminuir a burocracia, reduzindo o tempo de espera do tomador. A instituição ofertante do microcrédito deve estar fisicamente situada em uma área pobre, vizinha aos empreendimentos que pretende apoiar. Essa proximidade física é tão importante quanto a relação que se estabelece com o agente de crédito para que o empreendedor não apenas tenha acessibilidade em um tempo curto, mas se sinta inserido, parte integrante da ação da instituição.

A não exigência de garantias reais para a concessão do microcrédito é um dos exemplos dessa redução da burocracia, bem como a simplificação de procedimentos, não se exigindo muitos documentos ou um projeto. Entretanto, para atender rapidamente às necessidades dos tomadores e garantir a rápida liberação

do crédito, uma característica se destaca: permitir o acesso de pessoas com restrições cadastrais (consulta a SPC e SERASA, por exemplo).

f) Adequação do crédito ao ciclo do negócio

Para compatibilizar o desafio de financiar empreendedores que não reúnem as condições mínimas para pleitear recursos junto ao sistema bancário formal com a necessidade de sustentabilidade da instituição credora, a metodologia do microcrédito requer, além das características já apresentadas, que sejam observadas algumas condições de empréstimo, equacionando-as com as características dos negócios apoiados.

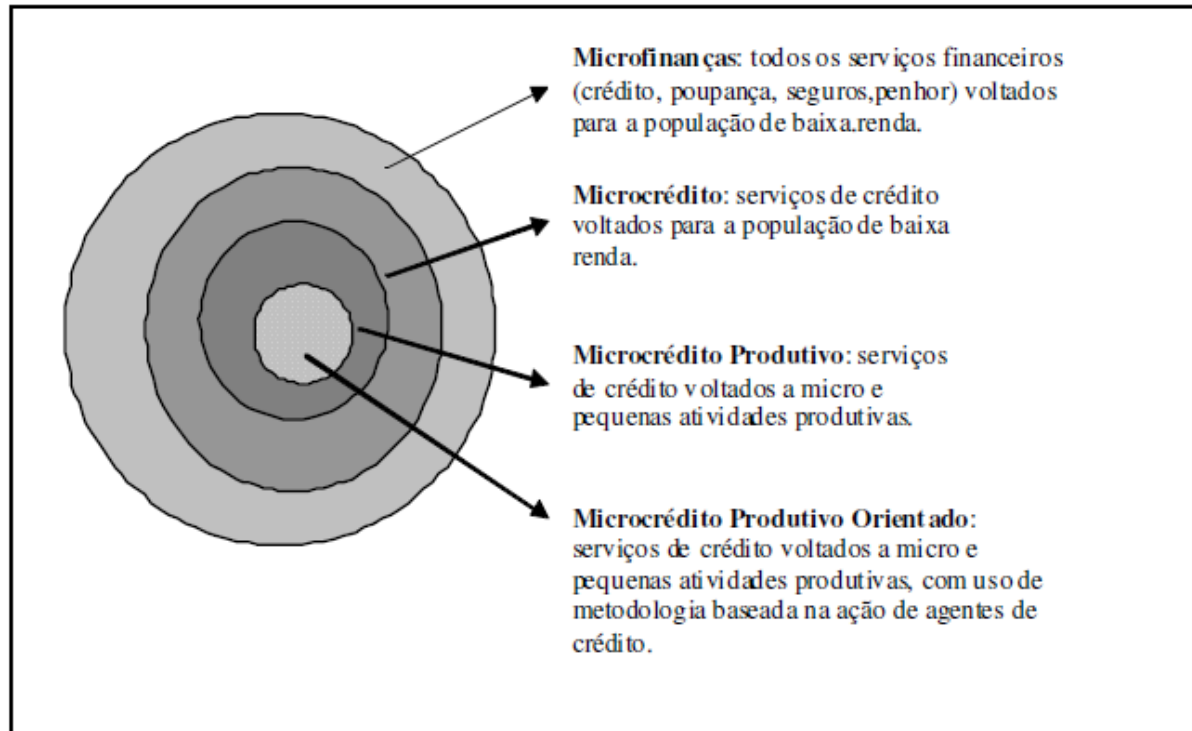
Dada a capacidade de pagamento dos tomadores, a primeira característica das operações de microcrédito é que os valores são pequenos. Uma segunda característica é a rápida liberação dos valores contratados, como já mencionado. Os empréstimos demoram, em geral, sete dias entre cadastro e primeiro desembolso. Em terceiro lugar, e em consonância com a rapidez da liberação do crédito, os pagamentos são efetuados no curto prazo, geralmente uma semana, ou quinzenais ou, no máximo, mensais.

Por fim, destaca-se que os empréstimos são renováveis, em geral ocorrendo imediatamente após a liquidação do empréstimo anterior, e com valores crescentes, elevando-se até o limite estabelecido pela política de crédito de cada instituição, de acordo com a capacidade de pagamento do tomador.

O objetivo dessas características do microcrédito é criar uma série de mecanismos que incentivem o tomador a pagar em dia, um “círculo virtuoso”, já que esse é um dos requisitos para o recebimento de novo crédito, que pode ser de valor maior. Ao tomarem sucessivos créditos, vivenciando de forma cada vez mais freqüente essa experiência, espera-se que os empreendedores fiquem motivados e confiantes quanto ao desenvolvimento de seus negócios, o que também é positivo para a sustentabilidade e a escala das operações das instituições credoras.

A figura abaixo faz uma síntese dos conceitos aqui explorados.

Figura 2 - Conceito de microfinanças, microcrédito, microcrédito produtivo, microcrédito produtivo orientado.



Fonte: Silva (2007)

2.5 O microcrédito no Brasil

O Brasil é um dos países pioneiros a experimentar o microcrédito para o setor urbano informal. Nas cidades Recife (PE) e Salvador (BA) ocorreu o que pode ser considerada a primeira experiência de Microcrédito mais documentada do Brasil, o **Programa UNO** que foi criado em 1973, num grande esforço e com a participação de entidades empresariais e bancos de Pernambuco e da Bahia e da AITEC (*Associazione Italiana Técnico Econômica*) que consistia em uma organização sem fins lucrativos com sede em Boston que, após muitos anos de trabalho no nível comunitário na América Latina, chegou à conclusão de que a maneira mais eficaz de prestar assistência a populações de baixa renda era identificar e nutrir empresários operando pequenas empresas no setor informal, posteriormente transformou-se em uma Organização não-Governamental denominada de ACCION² internacional.

² Organização sem fins lucrativos, fundada em 1961, possui como finalidade o combate da pobreza urbana realizando empréstimos para micro e pequenos empreendedores na América Latina

A União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações conhecida como Programa UNO era uma associação civil, sem fins lucrativos, que nasceu especializada em crédito e capacitação. O Fundo de Crédito inicial foi montado com recursos doados pelo PACT (uma associação de ONG'S estadunidenses).

Esses recursos doados pelo PACT foram, em 1973, depositados no Banco Nacional do Norte ("Banorte"), no caso do Recife, e Banco Econômico, em Salvador.³ Feito esse depósito, que funcionou como garantia, o Banorte e o Banco Econômico, abriram linhas de crédito para a UNO. Posteriormente, a UNO passou a trabalhar com a linha de crédito SEPLAM/SEBRAE⁴.

Esta ONG introduziu a desburocratização através de uma ferramenta chamada de "aval moral"⁵, facilitando o surgimento de cooperativas, associações de artesões e grupos de compras e capacitou dezenas de especialistas em crédito para o mercado informal. A UNO desapareceu em 1991, pela falta de práticas capazes de promover sua autosustentabilidade.

Em Porto Alegre no ano de 1987, é criado o Centro de Apoio aos Pequenos empreendimentos Ana Terra (**CEAPE/RS**), A partir da experiência da Accion International e de organizações não governamentais colombianas, a metodologia dos Grupos Solidários - que utiliza o aval solidário - foi replicada no Brasil. Esta ONG contou com o apoio do UNICEF, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Inter American Foundation (IAF) para a composição inicial de funding (recursos para empréstimos).

Em 1990, foi criada a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), hoje CEAPE Nacional. Os CEAPE's estão articulados na Rede CEAPE de forma independente, mas adotam a mesma metodologia de crédito produtivo orientado, o mesmo princípio da sustentabilidade e a mesma

³ O Banorte foi incorporado pelo Banco Bandeirantes em 1995 que depois foi incorporado pelo ex-Banco Unibanco, em 1999. O Banco Econômico foi incorporado pelo Ex- Banco Excel, que depois foi incorporado pelo Banco Bilbao Vizcaya, e que depois foi incorporado pelo Bradesco.

⁴ SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas. SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

⁵ No aval moral a garantia é a palavra do credor, sendo posto como pseudo-garantia um bem quem não possui nenhum valor pra o mercado, mas para o tomador de crédito.

orientação de apoio aos empreendedores excluídos do sistema financeiro tradicional.

Ao longo desses anos, a Rede CEAPE vêm concedendo créditos individuais, com garantia de avalista, e em grupos solidários. Até dezembro de 2001, ela realizou 343 mil operações de créditos, no valor total de R\$305,7 milhões. Atualmente funciona em dezesseis capitais brasileiras, a média dos CEAPES é de dois mil clientes, conforme dados de seu sítio oficial na Internet.

O **Banco da Mulher/Seção-Bahia**, Instituição de Microcrédito, sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP, voltada ao desenvolvimento humano e financeiro da população de baixa renda. Contou com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), este Banco inaugurou seu programa de microcrédito em 1989, utilizando a metodologia de grupos solidários. Inicialmente, o Banco atendia apenas ao público feminino, tendo, posteriormente, incorporado também a clientela masculina.

Atualmente, o Banco da Mulher forma uma rede com representação nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além da Bahia. O Banco é filiado ao Women's World Banking, que mantém sedes em diversos países. Até setembro de 2001, o Banco da Mulher concedeu cerca de 9 mil créditos, totalizando um valor aproximado de R\$ 6,7 milhões, conforme dados de seu sítio oficial na Internet.

O **PORTOSOL** foi criada em 1996 apoiada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com parcerias de entidades da sociedade civil, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) do Rio Grande do Sul, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e *Inter-American Foundation* (IAF).

Essa ação foi baseada na iniciativa do poder público e no controle pela sociedade civil e apoiada no princípio da autosustentabilidade das organizações. Ela atua concedendo empréstimos tanto para capital de giro como para fixo, as

garantias dos financiamentos baseiam-se em aval simples ou solidário, cheques e alienação de bens.

Até 31/12/2001, a Portosol realizou cerca de 28,5 mil operações de crédito que somam R\$38,7 milhões, conforme dados de seu sítio oficial na Internet.

O **VivaCred** é uma instituição de microcrédito, sem fins lucrativos, com registro como OSCIP, de caráter assistencial e filantrópico, sem qualquer atividade de cunho político, partidário ou religioso atuante nas comunidades carentes do Rio de Janeiro desde 1997. A partir de fevereiro de 2009 uma mudança significativa ocorreu nas suas operações, com a assinatura do Termo de Parceria junto ao Banco do Nordeste, o VivaCred, deixou de operacionalizar diretamente os créditos com recursos próprios passando a ser o intermediador entre cliente e Banco do Nordeste. Tem como objetivo principal de conceder crédito aos micro e pequenos empreendedores do Rio de Janeiro, especialmente nas comunidades de baixa renda e seu entorno. Direcionando o seu atendimento aos microempresários urbanos, comerciantes, artesãos e pequenos prestadores de serviços, integrados aos setores formal ou informal da economia. Até o momento foram instaladas seis agências nas favelas e algumas regiões do centro do Rio de Janeiro, conforme dados de seu sítio oficial na Internet.

Além desses modelos de instituições de microcrédito, há o caso do **Banco do Povo Paulista**, um programa de microcrédito criado pelo governo do estado de São Paulo em 1999, na gestão Mário Covas (PSDB), cuja implementação se dá pela parceria com prefeituras municipais. Silva (2007) denomina “estatal” esse modelo operado diretamente por prefeituras em parceria com o governo estadual. O município fornece o espaço, funcionários para a operação e 1/10 dos recursos a serem financiados. O estado, por sua vez, fornece 9/10 dos recursos a serem emprestados e a Nossa Caixa realiza a operação financeira da concessão do crédito. Dados de 2008 mostram que o programa está implementado em 434 dos 645 municípios do estado.

Desde a sua criação em 1999, o BPP já emprestou mais de 800 milhões de reais, beneficiando mais de 248 mil microempreendedores. Em 2010 foram

realizadas 28.789 operações, emprestando R\$ 107 milhões, resultando em um crescimento de 16% em relação a 2009.

Somente no primeiro semestre de 2011 foram realizadas 14.027 operações, resultando no empréstimo de mais de R\$ 53 milhões, conforme dados de seu sítio oficial na Internet.

Outro modelo de implementação de programas de microcrédito em municípios é aquele no qual a prefeitura o faz diretamente, sem a constituição de uma associação sem fins lucrativos ou parcerias com o governo estadual. **O Banco do Povo de Belém (Pará)** é um exemplo. O programa foi implementado por meio da criação do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, em 1998. Os recursos desse fundo são geridos por uma junta administrativa, composta pelo coordenador do Ver-o-Sol, pelo diretor geral e pelo chefe do departamento administrativo da Secretaria Municipal de Economia (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002). Na instituição, o acesso ao crédito se dá de diferentes formas: fiador com renda mensal obrigatoriamente comprovada; garantias reais, como máquinas e equipamentos ou outras complementares ou, ainda, “grupos solidários”, nos quais os diferentes membros garantem mutuamente os empréstimos, como se tem demonstrado neste trabalho.

O Banco do Nordeste em 1998, foi pioneiro entre os bancos públicos na implementação de um programa de microcrédito no país e sua operacionalização faz-se por meio da parceria do banco com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que também capacita os clientes do programa, presentes em 1.536 municípios da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, Belo Horizonte e Brasília, conforme dados do sítio do programa na Internet. Desde 2009, o Crediamigo passou a ser operacionalizado no Rio de Janeiro, em parceria com o VivaCred, OSCIP fundada pela ONG Viva Rio.

Além do INEC, o programa tem como parceiros o Banco Mundial, a Rede *Acción Internacional* e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Banco Mundial atua com o Crediamigo desde sua implantação, tendo os recursos do Programa até 2006 sido provenientes de empréstimo junto àquela instituição; a Rede *Acción*

Internacional, por sua vez, fornece assistência técnica ao Crediamigo; já o MTE é o órgão do Governo Federal responsável pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), cujo objetivo é incentivar a geração de trabalho e renda e disponibilizar recursos para o microcrédito.

O Crediamigo faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre.

O Programa atua de maneira rápida e sem burocracia na concessão de créditos em grupo solidário ou individual. Grupo solidário consiste na união voluntária e espontânea de pessoas interessadas em obter o crédito, assumindo a responsabilidade conjunta no pagamento das prestações. A metodologia do aval solidário e da capacitação gerencial para os tomadores, incluindo os Assessores de Crédito, consolidou o Crediamigo como referência de microcrédito do país, possibilitando o acesso ao crédito a empreendedores que não tinham acesso ao sistema financeiro.

Além disso, o Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste abre conta corrente para seus clientes, sem cobrar taxa de abertura e manutenção de conta, com o objetivo de facilitar o recebimento e movimentação do crédito.

Hoje o Crediamigo é reconhecido como o maior programa de microfinanças da América do Sul e um importante instrumento de política pública que promove a inclusão de microempreendedores no sistema produtivo e financeiro, resgatando a autoestima e a motivação de homens e mulheres, por meio do acesso ao crédito e da capacitação.

O Banco do Povo–Crédito Solidário, instituição criada em 12 de maio de 1998, sob a liderança da prefeitura Celso Daniel em Santo André, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Bancários, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Associação Comercial e Industrial de Santo André e o Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do ABC. À época de sua fundação era uma ONG e denominava-se Banco do Povo de Santo André – Crédito Solidário, tendo sido pioneira na concessão de microcrédito no estado de São Paulo.

Ao iniciarem, suas operações focalizavam o atendimento de áreas mais pobres da cidade de Santo André nas quais, em conjunto com outras iniciativas de inclusão social, o Banco oferecia crédito individual aos empreendedores populares, mas em 2003 a instituição passou a atender outros municípios: Mauá, Ribeirão Pires, Diadema e parte de São Bernardo, o que implicou na alteração de seu nome para Banco do Povo–Crédito Solidário, já sob a forma jurídica de OSCIP.

A São Paulo Confia foi o primeiro programa público de microcrédito do município de São Paulo, implantado em 2001 na gestão da prefeita petista Marta Suplicy. Criado na forma de OSCIP de maneira muito similar ao programa Banco do Povo–Crédito Solidário, são sócios da São Paulo Confia: a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Social Democracia Sindical (SDS), a Central Geral dos Trabalhadores – Brasil (CGTB)⁶, a prefeitura de São Paulo, o Banco Santander Banespa e o Instituto de Tecnologia Social (ITS) (SILVA, 2007).

.2.5.1 Desenvolvimento do microcrédito no Brasil.

O microcrédito se começa a ser desenvolvido no Brasil, por intermédio de ONGs, na década de 80, se expandindo a partir da estabilidade econômica no ano 1994, com o plano real, tal crescimento justifica-se por três razões: as altas taxas de inflação, a tradição de crédito governamental dirigido e subsidiado para programas de caráter assistencialista e a legislação estrita, que condenava como usura toda ação concorrencial com as instituições financeiras convencionais. No final da década de 90 esta ferramenta passou a ser utilizada como política pública na esfera governamental, tanto federal, como estadual e na municipal.

No período de 1995 a 2000, duas correntes de pensamento, ligadas ao escopo do atendimento ao cliente do microcrédito debatiam a melhor forma do seu desenvolvimento no Brasil. A primeira, denominada **desenvolvimentista**, defende que os esforços dos programas de microcrédito devam estar voltados ao combate à problemática estrutural da pobreza e entende a IMF como um agente de

⁶ A CGTB não realizou o investimento previsto e não participa efetivamente das reuniões de sócios (SILVA, 2007).

desenvolvimento social; e estabelece que o crédito deve estar vinculado a outras formas de apoio ao pequeno empreendedor, sem as quais não haveria como romper a linha de pobreza sob como por exemplo: a capacitação técnico-gerencial, suporte à comercialização e experiências de vida comunitária. A segunda, denominada **minimalista**, entende que uma IMF só deve cumprir sua função se atingir a sustentabilidade e, por isso, deve oferecer apenas serviços financeiros com a melhor qualidade possível, sem atrelá-los à capacitação prévia.

Em 1996, o **BNDES lançou o Programa de Crédito Produtivo Popular – PCPP**, com o objetivo de difundir o conceito de microcrédito no país, e promover a formação de uma ampla rede institucional, capaz de conceder crédito aos milhões de microempreendedores formais e informais brasileiros. O PCPP se desenvolve através de um convênio de cooperação técnica não reembolsável firmado entre o BNDES e o BID, no qual o BNDES atua como órgão executor e beneficiário. A *Development Alternatives, Inc - DAI*, uma empresa americana de consultoria em microfinanças presta assistência técnica ao programa. Através do PCPP o BNDES oferecia uma linha de crédito para as IMFs brasileiras onde os empréstimos têm prazo de amortização de oito anos, com a TJLP (taxa de juros em longo prazo), que variava entre 11% e 14%, dependendo das taxas de juros e das condições econômicas nacionais. Com empréstimos de longo prazo, esse programa financiou 32 organizações até o final do ano 2002, totalizando 42 milhões de reais.

O Conselho da Comunidade Solidária⁷, órgão vinculado ao governo federal, depois de realizar quatro Fóruns Nacionais de Intervenção Política sobre o tema “A expansão do Microcrédito no Brasil”, que teve a participação de autoridades do Banco Central, de organizações que apóiam e operam o Microcrédito e de especialistas do setor, constituiu quatro Comissões Técnicas com o objetivo de tratar com mais detalhes os problemas e buscar alternativas para o desenvolvimento das microfinanças no país. São elas: Marco Legal, Divulgação e Fortalecimento Institucional, Capacitação e Avaliação.

A revisão do marco legal do microcrédito no Brasil, articulada pela comissão de Marco Legal responsável por discutir questões relativas à regulamentação de

⁷ Fonte: BARONE, Francisco Marcelo. Introdução ao microcrédito

atividades de microfinanças e simplificação tributária do setor, esta organizou uma reunião para tratar sobre “Alternativas de Ocupação e Renda”, realizada em Agosto de 1997, que teve como resultado, a criação de um Grupo de Trabalho sobre Microcrédito, composto por representantes do Banco Central, BNDES, e Ministério da Fazenda, com a finalidade de apresentar uma proposta de regulamentação do microcrédito no país. A partir das contribuições deste Grupo de Trabalho, o Governo Federal passou a baixar medidas provisórias que facilitassem a configuração de um modelo legal para as IMFs, essa reunião culminou em três decisões importantes: A chamada nova lei do terceiro setor (Lei 9.790/99), que inclui o microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, a não sujeição das OSCIPs à lei da Usura (que limita os juros a 12% ao ano) e a criação pelo Conselho Monetário Nacional, de uma nova entidade jurídica: a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor – SCM, que regulamenta a participação da iniciativa privada na indústria de Microfinanças.

O marco jurídico do Brasil pode ser analisado de forma mais detalhada no quadro abaixo:

Quadro – 1 Marco Jurídico do Microcrédito No Brasil.

<p>- Lei nº 9790, de 23 de março de 1999</p> <p>Define os requisitos que devem ser cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos a fim de serem qualificadas como Sociedade Civil de Interesse Público e institui a regras que regem seu funcionamento e controle, incluindo acordo de cooperação que deve reger as relações entre as referidas sociedades e o setor público.</p> <p>- Decreto nº 3100, de 30 junho de 1999</p> <p>Regulamenta a lei nº 9790 definindo os aspectos vinculados aos requisitos para autorização, funcionamento e supervisão das Sociedades Civas de Interesse Público.</p> <p>- Portaria nº 361, do Ministério da Justiça</p> <p>Regulamenta os procedimentos para a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.</p> <p>- Circular Banco Central nº 2915, de 5 de agosto de 1999</p> <p>Estabelece os procedimentos relativos à autorização e ao funcionamento das Sociedades de Crédito para o Microempreendedor.</p> <p>- Medida provisória nº 1965-11, de 3 de fevereiro de 2000</p> <p>Exclui do alcance da lei da usura as Sociedades Civas de Interesse Público e as Sociedades de Crédito para o Microempreendedor</p> <p>- Circular Banco Central nº 2898, de 29 de fevereiro de 2000</p> <p>Estabelece os padrões contábeis para as Sociedades de Crédito para os Microempreendedores com base naquelas vigentes para as companhias financeiras.</p> <p>- Medida provisória nº 2143-33, de 31 de maio de 2001</p> <p>Altera a redação do art. 18 da Lei nº 9790 de 23 de março de 1999.</p> <p>- Medida provisória nº 2113-32, de 21 de junho de 2001</p> <p>Inclui as OSCIP como beneficiárias de doações nos termos e condições estabelecidos pelo inciso II do parágrafo 2º da Lei nº 9249, de 1995.</p> <p>- Resolução do Banco Central nº 2874, de 26 de julho de 2001</p> <p>Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM) definindo as normas sobre a natureza, constituição, capital mínimo e sua integralização, limites individuais de crédito, proibições, postos de atendimento e supervisão das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, assim como os a forma de atuação do BC em relação as mesmas.</p>
--

Fonte: URL = <http://www.geraneocio.com.br> (2000)

O Programa Brasil Empreendedor (PBE)⁸ lançado pelo Governo Federal, em outubro de 1999, o programa contava com a dotação de R\$ 8 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões repassados pelo BNDES/FINAME. O objetivo do programa era fortalecer o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, buscando-se a inserção dos empreendedores no setor formal da economia, bem como o surgimento de novos negócios.

Este Programa teve abrangência nacional, e envolveu a coordenação e a articulação de diversas ações e programas de agentes públicos e privados, caracterizado como um Plano de Ações Integradas do Governo Federal, que tinha como eixos principais a capacitação, o crédito e a assessoria empresarial.

Contudo, diferentemente do Grameen, a linha de crédito do PBE se concentrou basicamente em empresas já existentes. Além disso, tinha como critério financeiro somente empreendimentos de 03 a 12 meses, mas depois este tempo passou para empresas com mais de um ano de existência.

O Brasil Empreendedor não disponibilizava recursos para abertura de empresas e/ou empréstimos para trabalhadores que estavam na informalidade. As pessoas físicas eram, dessa forma, excluídas desta política creditícia do governo, mostrando que o Brasil privilegiava mais uma vez os que já possuíam capitais, ou seja, não contribuía para a expansão de novos negócios, unidades produtivas que mais geram empregos em nosso país.

Além disso, em 2001, a partir de um convênio assinado com o BID, o **BNDES criou o Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI**, com o objetivo de fortalecer a indústria das microfinanças no Brasil. Com os recursos deste Programa está se investido no desenvolvimento da infra-estrutura do mercado microfinanceiro, no fortalecimento institucional e em projetos estratégicos, isto é, em sistemas de

⁸ Este programa foi criado em 1999 e finalizado em 2000, devido à alta taxa de inadimplência e a falência das empresas financiadas. O Brasil Empreendedor teve como inspiração inicial a ação desenvolvida em Bangladesh onde o acesso ao crédito ainda é um dos grandes problemas que os interessados em desenvolver seus próprios negócios ainda enfrentam, essa exclusão ocorre porque a maioria dos pequenos negócios são realizados na informalidade é por isso automaticamente eles são excluídos do sistema bancário tradicional.

No entanto, o PBE não absorveu essa demanda de trabalhadores do mercado informal, os quais ficavam sem alternativas de financiamentos. Pode – se dizer que este programa não atingiu a filosofia desenvolvida pelo Prof^o. Muhammad Yunus em Bangladesh.

informações gerenciais, metodologia de auditoria e rating, atividades de pesquisa, manuais de gestão, etc. Através do PDI, o BNDES passa a alavancar seus recursos e seu poder de influência na economia do país para tornar-se um eixo da indústria, ou seja, um centro que forneça informações sobre as melhores práticas e o acesso a novas metodologias, estabelecendo, desta forma, um padrão técnico de alto nível para as microfinanças brasileiras.

Em outubro de 2001, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa- SEBRAE iniciou o **Programa de Apoio ao Segmento de Microcrédito**, cujos princípios fundamentais são a independência e auto-sustentabilidade, desempenhando a capacitação de recursos humanos, gestão informatizada, prestação de serviço de consultoria, capacitação de lideranças comunitárias etc. decisivo. Hoje, são 80 instituições apoiadas pelo SEBRAE em todo o Brasil.

O governo federal criou, em junho de 2003, o **Banco Popular do Brasil**, uma subsidiária do Banco do Brasil para operar microempréstimos com créditos de livre uso, ou seja, não necessariamente voltados ao investimento produtivo. Além da já discutida crítica liberal a essa modalidade de empréstimo, acrescenta-se a crítica à modalidade de empréstimo adotado pelo governo, sem metodologia específica, visando à desburocratização da liberação de crédito, mas incorrendo, todavia, em sérios riscos de inadimplência (Mick, 2003). Como modelos semelhantes surgiram ainda programas de microcrédito como o Caixa Aqui, da Caixa Econômica Federal, ou parcerias, do tipo correspondente bancário, como o Banco Postal, dos Correios/Banco Bradesco.

Atualmente, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil possuem um fundo só para as microfinanças, exigência do Banco Central, todavia, o que parece e não haver divulgação sobre estes recursos, ou mesmo, falta de hábito da população de baixa renda em adquirir este tipo de crédito bancário.

Silva (2007: 59), por sua vez, analisa a atuação do poder público em políticas e programas de microcrédito, classificando em três tipos as ações em nível federal e subnacional: “a) ações regulatórias, que se referem às alterações na regulação da atividade; b) ações em primeiro piso, caracterizadas pela operação

direta da concessão de crédito; e c) ações de segundo piso, caracterizadas pelo suporte às operações de primeiro piso com apoio técnico ou financeiro”.

Essas ações federais de promoção do microcrédito no país estão resumidas no quadro abaixo.

Quadro 2 – Principais ações do governo federal para promoção do microcrédito.

TIPO DE AÇÃO	ANO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO
Regulatórias	1999	Ministério da Justiça	Lei das OSCIP
	1999	Banco Central	Resoluções das SCM
	2003	CMN	Resolução 3109/2003, direciona 2% dos recursos do compulsório para operações de crédito para população de baixa renda
	2005	PNPMO	Criação do PNPMO
Primeiro Piso	1997	BNB	Criação do programa Crediamigo
Segundo Piso	1996	BNDES	Criação do PCPP
	2001	SEBRAE	Lançamento do edital público de apoio às instituições de microcrédito
	2001	BNDES	Criação do PDI
	2003	BNDES	Interrupção do financiamento das instituições de microcrédito
	2006	BNDES, Banco Popular do Brasil, CAIXA	Financiamentos para instituições de microcrédito

Fonte: Silva (2007: 64)

Em 2003, a Lei nº 10.735 estabeleceu que os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais, a Caixa Econômica Federal, bem como as cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores e as cooperativas de crédito de livre admissão de associados deveriam realizar operações de microfinanças destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. Por esta ação os valores a serem aplicados nas operações deveriam corresponder, no mínimo, a 2% (dois por cento) dos saldos dos depósitos à vista captados por estas instituições (compulsório). Foi só a partir dessa lei, que os bancos privados de varejo começaram a entrar de maneira um pouco mais visível no mercado de Microcrédito.

2.5.2 Instituições de microfinanças (IMF).

Hoje, existem duas formas de atuação de microcrédito no Brasil, com e sem fins lucrativos. Elas podem ser descritas detalhadamente segundo dados contidos no Banco Central como, sem fins de lucro as:

Pessoas jurídicas de direito privado (ONGs), sujeitas à restrição quanto aos juros praticados (máximo de 12% a.a.); fundos municipais (bancos do povo), administrados por autarquias, departamento ou outras formas previstas em lei, também sujeitas a restrições quanto aos juros; organizações da sociedade civil de interesse público de que trata a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, devidamente registradas no Ministério da Justiça, não sujeitas a restrições quanto a estipulações usuárias (taxas de juros livres) (ALVES E SOARES, 2004, p.35).

E as com fim de lucro:

SCM autorizada pelo Banco Central, controlada por qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive financeira privada e Oscip; diretamente, por intermédio de qualquer instituição financeira que trabalhe com oferta de crédito junto ao público, inclusive sob forma de departamento ou carteira especializada. (ALVES E SOARES, 2004, p.35).

A partir do marco legal que está sendo construído, podemos identificar 5 (cinco) possíveis modalidades de instituições que operam microcrédito no Brasil:

- As Organizações Não Governamentais – ONGs⁹
- As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs;
- As Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCMs;
- As cooperativas de crédito;
- As linhas de crédito especiais dos bancos comerciais.

a) As Organizações Não-Governamentais (ONG) que podem ser definidas como:

ONGs são um tipo particular de organização que não dependem nem econômica nem institucionalmente do Estado, que se dedicam de promoção social, educação, comunicação e investigação/experimentação, sem fins de lucro, e cujo objetivo final é a melhoria da qualidade de vida dos setores mais oprimidos. (MONTENEGRO, 1994, p. 10).

Esse é o conceito de uma ONG, o principal ponto que a diferencia de outras instituições que oferecem o Microcrédito é o fato de não possuírem fins lucrativos. As ONGs são organizações de direito privado e estão sujeitas a Lei da Usura, que não permite que seus juros sejam superiores a 12% a.a.

Até os anos da década de 90, as ONGs, eram as maiores ofertantes de microcrédito no Brasil, “tendo se especializado em realizar pequenos créditos para

⁹ das 6 modalidades, as ONGs são as únicas que permanecer sujeitas a Lei da Usura, ou seja, não podem cobrar taxas superiores a 12% ao ano.

atividades produtivas de pessoas que não tinham acesso ou tinham muita dificuldade de acesso ao sistema financeiro formal” (SILVA, 2007: 21). O principal desafio das ONGs de microcrédito é conseguirem serem autosustentáveis algumas que operavam por muitos anos, desapareceram por esta razão, como foi caso do Programa UNO.

A Lei nº 9.790/1999 abriu para a ONG de microcrédito a possibilidade de atuar qualificada como OSCIPs e permitiu a ampliação de sua capacidade operativa mediante o acesso a recursos públicos, com a utilização do Termo de Parceria,

A maior parte das ONGs que operavam microcrédito no país transformaram-se em OSCIPs. Essas, juntamente com as SCMs, foram criadas em 1999 e autorizadas a fazer operações de microfinanças a partir de então.

b) A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): de acordo com Fontes e Coelho (2003), a criação do título de OSCIP não impediu o funcionamento de ONGs de microcrédito, visto que a conversão de ONG para OSCIP não foi tornada obrigatória. Para tais autores, o intuito da conversão foi o de desencorajar a permanência no setor das ONGs, pois elas não são reguladas por nenhum órgão federal.

Juridicamente, as OSCIPs são classificadas como associações civis de direito privado que não possuem fins lucrativos. Para receber a qualificação de OSCIPs, precisam obter, junto ao Ministério da Justiça, o título de Interesse Público.

Para o Ministério da Justiça (BRASIL, 2006), as OSCIPs são o reconhecimento oficial e legal mais próximo do que modernamente se entende por ONG, especialmente porque são marcadas por uma extrema transparência administrativa. Esta afirmação está baseada no fato de as OSCIPs possuírem um estatuto que deve tratar de várias questões, tais como: a adoção de práticas de gestão administrativa, a formação de um Conselho Fiscal, a possibilidade de remuneração de dirigentes e a obediência às normas de prestação de contas.

A principal característica que distingue as OSCIPs de outros tipos de ONGs é a possibilidade de celebrar com o poder público os chamados termos de parceria.

Por intermédio dessa parceria, a OSCIP pode utilizar recursos financeiros públicos para exercer suas atividades, assumindo o compromisso da prestação de contas.

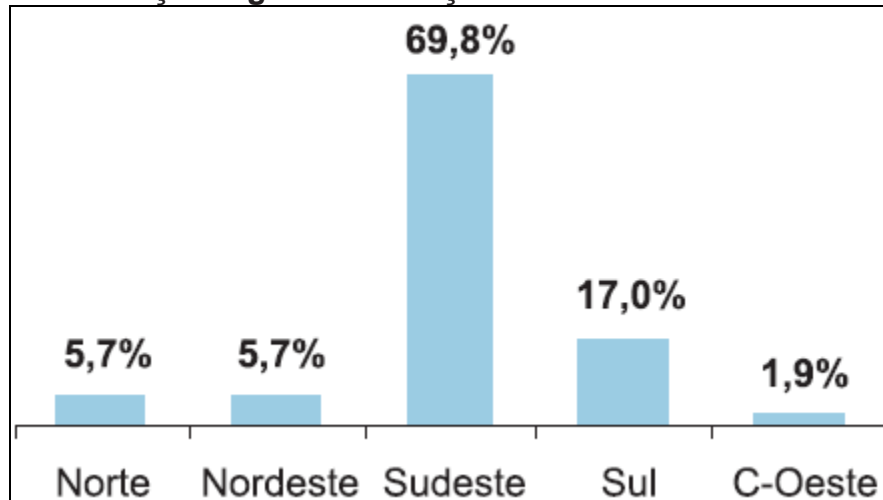
Para receber a qualificação de OSCIP, a organização deve apresentar objetivos sociais que se alinhem a uma das 12 finalidades descritas pela lei. As OSCIPs de microcrédito se alinham a uma dessas finalidades: “experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito”.

c) Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM): precisa ser constituída por uma pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, e pode ser constituída como sociedade por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade anônima (SEBRAE, 2005, p.1), e sujeita-se à fiscalização do Banco Central.

A regulação das SCMs é feita através da Lei Federal nº 10.194/01 e pelo Conselho Monetário Nacional. De acordo com regulação algumas condições e requisitos na criação de uma SCM são: equiparar SCM à instituição financeira; ter como objetivo social exclusivo à concessão de financiamentos produtivos a pessoas físicas e microempresas; ter sua constituição, organização em funcionamento disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional; sujeitar-se à fiscalização do Banco Central; estar impedida de captar, sob qualquer forma, recursos junto ao público, bem como emitir títulos e valores mobiliários destinados à colocação e oferta públicas (BARONE, LIMA, REZENDE E DANTAS, 2002, p. 25).

A criação dessas IMFs também atendeu à forte pressão do mercado, que buscava novas fontes de financiamento, partindo da premissa de que os investidores se sentem mais seguros para aplicar em sociedades com modelos institucionais definidos e supervisionados por entidades federais.

Gráfico 1 – Distribuição regional e atuação das SCM.



Fonte: Banco Central do Brasil (2007).

d) Cooperativas de crédito são instituições financeiras que atuam principalmente no setor primário da economia, mas elas também podem funcionar em escala menor, como por exemplo, dentro das empresas, quando os funcionários proporcionam empréstimos a baixo custo entre si, eliminando assim intermediários (SANDRONI, 2005, p. 190).

Cooperativa de Crédito pode também ser conceituada como sociedade de pessoas de natureza civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de conceder empréstimos e prestar serviços aos seus associados e com funcionamento determinado pelo seu respectivo estatuto social.

Nos últimos anos o número de cooperativas vem aumentando, mas é importante ressaltar que a prática do cooperativismo exige um nível de consciência coletiva difícil de germinar. A qualidade das pessoas que se envolvem nesse projeto, é que assegura que ele avance e se desenvolva de forma contínua. (ALVES E SOARES, 2004, p. 12).

De acordo com Fontes e Coelho (2003), as cooperativas de crédito, apesar de trabalharem freqüentemente com um público tão desestruturado quanto os clientes “tradicionais” do microcrédito, ou mais desestruturado, não são por enquanto vistas como pertencentes ao grupo de organizações praticantes de microcrédito. Acredita-se que isso ocorra devido ao fato de os empréstimos concedidos pelas cooperativas

de crédito se enquadrarem, muitas vezes, como “créditos de consumo” e não como “créditos produtivos”.

e) Os bancos comerciais: também estão autorizados a conceder microcréditos. O Banco Central do Brasil, por meio de uma resolução de agosto de 2003, autorizou os bancos a utilizar 2% do seu recolhimento de depósito compulsório como fonte de recursos para ofertar microcrédito.

O antigo Unibanco que se uniu ao Itaú, foi um dos primeiros bancos privados no País a operar com alguma escala significativa no segmento de Microcrédito produtivo, oferecia financiamento a empreendedores formais e informais de baixa renda. A Unibanco Microinvest era resultado de uma parceria entre o Banco Fininvest, que detinha 82% do capital e o International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, controlador dos 18% restantes.

A Microinvest foi criada a partir da RioCred, uma ONG resultante da parceria entre a Fininvest e a Prefeitura do Rio de Janeiro. De uma atuação concentrada na capital fluminense, passou para todo o estado do Rio de Janeiro, Grande São Paulo e Grande Porto Alegre. Ampliou ainda mais sua rede de distribuição, operando também em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e em algumas localidades do interior Rio Grande do Sul. Em dezembro de 2005, a empresa contava com 217 pontos ativos – contra 80 no final de 2004 – e 56 agentes de crédito, o dobro do ano anterior. A Microinvest Unibanco fechou o ano de 2005 com um expressivo crescimento: 254% em relação a 2004 e uma carteira de crédito de R\$ 12 milhões. O valor financiado foi de R\$ 13,2 milhões que beneficiaram 5,1 mil micro e pequenos empresários, formais e informais, atendendo suas necessidades de recursos para ampliação dos seus negócios, compra de matéria-prima ou reformas. O modelo de distribuição era diferenciado, pois contava com correspondentes bancários nas lojas da rede Fininvest, Ponto Frio e Makro.

Outro banco que merece destaque nas operações de Microcrédito é o antigo Banco REAL ABN AMRO¹⁰ que se uniu ao Banco Santander, que operava desde 2002 através do Real Microcrédito que tinha como objetivo oferecer Microcrédito a

¹⁰ Dados do Banco Real ABN AMRO, Santander, BankBoston e Itaú, retirados de Monzoni (2006).

microempresários formais e informais. O grupo financeiro iniciou sua operação em Microcrédito na favela de Heliópolis, na Grande São Paulo, e se expandiu para Campinas e a Baixada Fluminense.

O Banco Santander, através da parceria com a “São Paulo Confia”, o antigo BankBoston¹¹ e também o Itaú repassam 2% de seu depósito compulsório à vista para OSCIP de Microcrédito produtivo orientado, conforme Lei no 10.735 de 11 de setembro de 2003.

Tabela 1- Atuação dos bancos privados brasileiros no microcrédito.

Instituição	Forma de operar	Características	Saldo da carteira (R\$ milhão)		Clientes ativos em dez/2007
			dez/2006	dez/2007	
Unibanco/Fininvest	Controla SCM (Microinvest)	Predominantemente crédito individual (microcrédito) em áreas urbanas	9,2	10,3	4.330
ABN Amro, em parceria com a Acción International	Convênio com Oscip Real Microcrédito	Microcrédito – Varia de R\$500,00 a R\$10 mil – Juros de 3,5% a.m. e TAC de 5%	16,3	53,4	53.421
Santander Banespa	Oferta direta para correntistas e através de convênio com OnG e Oscip	Programa Microcrédito – Varia de R\$ 100,00 a R\$1 mil Juros de 2% a.m.	38,7	13,7	7.062
Banco Itaú	Convênios com Oscip – Compra de carteira	4 Oscips parceiras	6,5 ¹	1,3	774 ²
Total			70,7	78,7	65.587

Fonte: Banco Central do Brasil (2008)

Segundo Prado (2003), cada instituição financeira¹² está adotando critérios diferentes na hora de conceder os empréstimos. Algumas restringem o crédito apenas a certas categorias ou somente liberam o dinheiro para pequenos empreendedores rigorosamente selecionados.

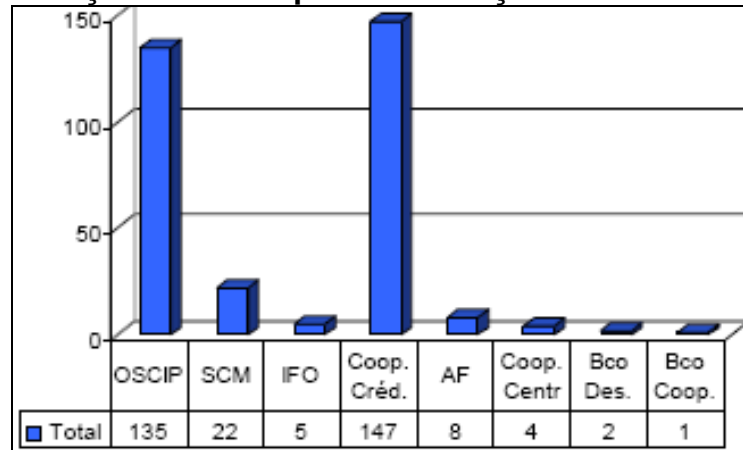
Outras instituições declaram que o simples fato de o requerente não ser inadimplente e ter menos de R\$ 1.000,00 no banco é suficiente. Os prazos de pagamento oferecidos variam de 4 a 12 meses.

¹¹ No Brasil, esta marca desapareceu em 2007, pois os negócios foram adquiridos pelo Grupo Itaúsa.

¹² A nova legislação do microcrédito (Lei 11.110, de 25 de abril de 2005), que criou o novo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, estabelece ainda como instituições de microcrédito produtivo orientado: as agências de fomento, juntamente com os bancos de desenvolvimento.

O gráfico abaixo do PNPMO referente ao 4º trimestre de 2010, mostra o nº de IMFs habilitadas a operar com microcrédito no Brasil.

Gráfico – 2 Distribuição das IMFs por Constituição Jurídica.



Fonte: Relatório de Dados do PNPMO – 4º. Trimestre de 2010

As cooperativas de credito e as oscips lideram o numero de instituições financeiras de microcredito no Brasil.

2.5.3 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNPMO)

A Lei nº. 11.110/05, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) define microcrédito produtivo orientado como o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de empreendedores informais (pessoas físicas), empreendedores individuais e microempresas (pessoas jurídicas) com faturamento de até R\$ 120 mil anuais, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

O PNMPO consiste¹³ fundamentalmente em oferecer créditos exclusivamente a empreendedores populares de pequeno porte, com orientação técnica e acompanhamento ao empreendedor, no seu local de trabalho.

O objetivo do programa é a ampliação do acesso dos microempreendedores e empreendedores de pequeno porte, ao crédito produtivo orientado e incentivo a geração de emprego e renda. É um programa que visa à democratização do crédito

¹³ Fonte: BACEN

no Brasil, como instrumento de fortalecimento da economia popular solidária (ARROYO, SCHUCH, 2006).

Ainda deve ser considerado segundo Arroyo e Schuch, (2006):

1. O atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento sócio-econômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;
2. O contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando o seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como o crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e
3. O valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto na Medida Provisória.

Para fazer parte do programa, as instituições podem se habilitar como Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO) ou Agente de Intermediação (AGI). As primeiras podem ser cooperativas de crédito singulares, agências de fomento, sociedades de crédito ao microempreendedor e OSCIPs e devem ofertar e orientar o microempreendedor sobre o crédito, para que sua atividade seja sustentável.

O programa tem como fontes de recursos o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a parcela dos recursos dos depósitos à vista destinados ao microcrédito (Art. 1º da Lei no 10.735, de 11/09/2003). Atuavam com os recursos do FAT: o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e o BNDES – instituições financeiras oficiais de que trata a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990. Com a parcela dos recursos de depósitos à vista, por sua vez, podem se habilitar: os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal.

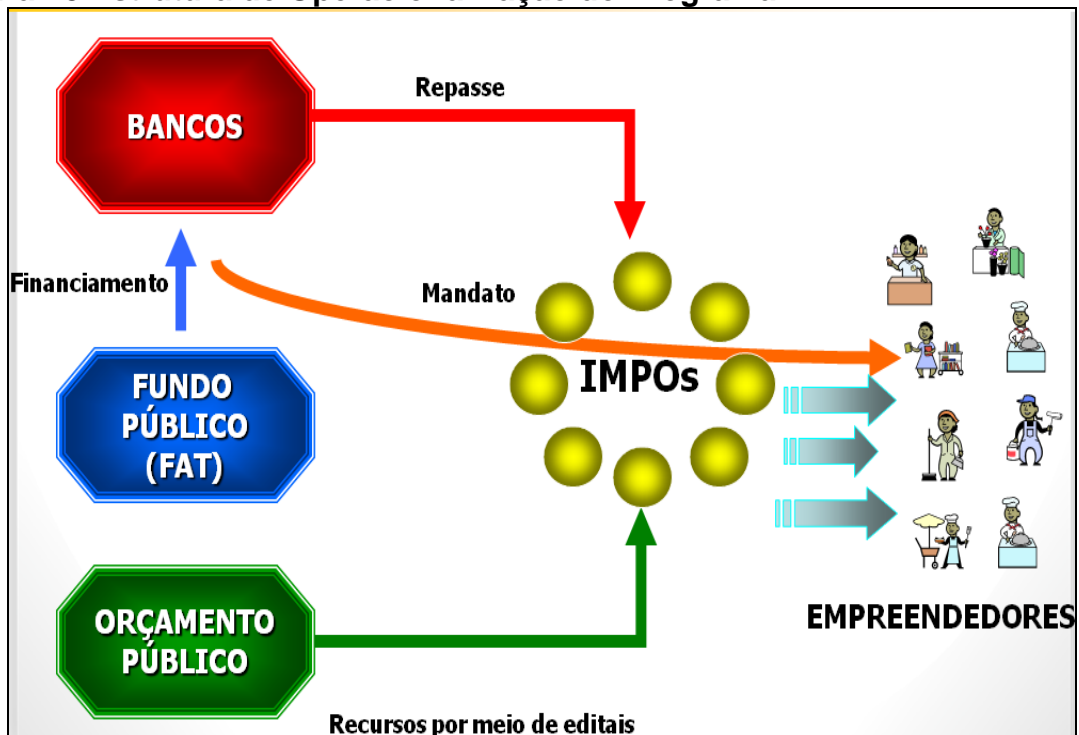
As operações de crédito¹⁴ que podem ser realizadas no PNMPO são:

- Contratação Direta: contratação de operações com o tomador final, mediante utilização de estrutura própria;

¹⁴ Disponível em: http://www.mte.gov.br/pnmpo/pnmpo_duvidas.asp

- Mandato: contratação de operações com o tomador final, por intermédio de parceria com Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado;
- Repasse: repasse de recursos à Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado, podendo ser de forma direta ou via Agente de Intermediação;
- Aquisição de Operações de Crédito: compra de operações de microcrédito da Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado, de forma direta ou via Agente de Intermediação.

Figura - 3 Estrutura de Operacionalização do Programa.



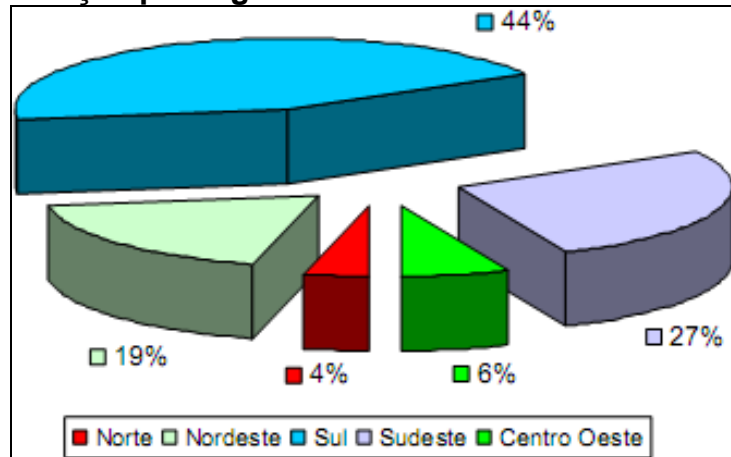
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

O relatório do programa de 2010 demonstrou as seguintes informações: do valor concedido, 95,02% foram destinados a pessoas em situação jurídica informal. Já no gênero do tomador de microcrédito, 65,19% das pessoas atendidas foram mulheres. A destinação para capital de giro representou 91,17% do valor concedido no período. Repara-se, por final, que 87,47% do valor total disponibilizado foram destinados ao ramo comercial. (PNMPO 4º trimestre de 2010.)

A região norte é a última colocada na utilização do Programa, entretanto essa região apresenta um cenário mais propício à instalação do microcrédito, mediante o baixo nível de escolaridade da sua população e grande número de atividades informais desenvolvidas nas maiores cidades desta região, o Banco da Amazônia –

BASA é o maior financiador de grandes, médio e pequenos projetos na região. O gráfico abaixo demonstra com mais precisão tal situação.

Gráfico – 3 Distribuição por região do PNMPO.



Fonte: PNMPO 4º trimestre de 2010.

Em 24 de agosto de 2011 a presidenta Dilma lançou a expansão do PNMPO denominado de Crescer15, que acarretou em redução da taxa de juros, que cairá de 60% ao ano para 8% ao ano e da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) também sofreu redução, passando de 3% sobre o valor financiado para 1% sobre o valor do crédito. O valor de cada operação de crédito é destinado a capital de giro ou investimento podendo chegar a R\$ 15 mil, com prazo de pagamento pactuado entre as instituições financeiras e o tomador, de acordo com o tipo de empreendimento e uso do recurso.

O governo pretende investir R\$ 500 milhões por ano para garantir a redução dos juros e a orientação para o crédito. Os recursos da equalização serão pagos mensalmente pelo Tesouro Nacional, com base no número, valor e prazo das operações contratadas pelos bancos que optarem pela adesão ao programa.

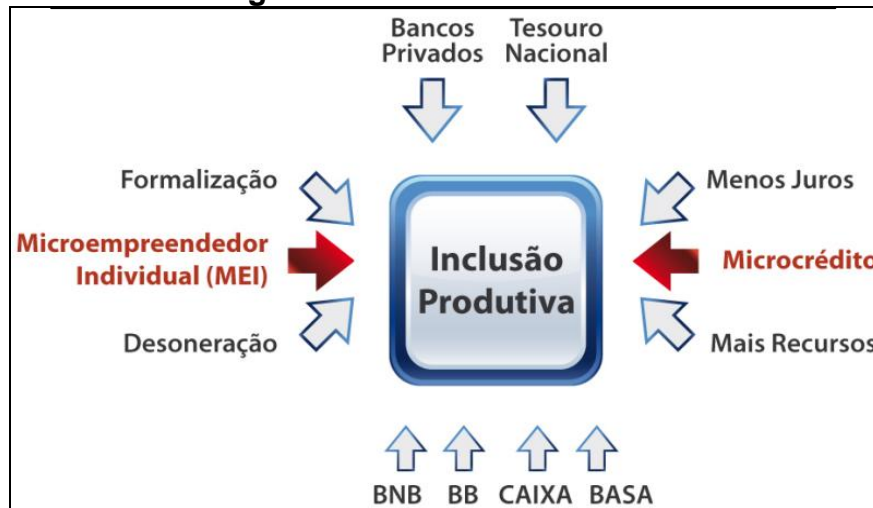
O Conselho Monetário Nacional também deverá aprovar uma Resolução determinando o percentual dos recursos da exigibilidade de 2% dos depósitos à vista que serão destinados ao Microcrédito Produtivo Orientado. Esse percentual será atingido de forma escalonada: 10% a partir de 1º de janeiro de 2012; 40% em

¹⁵ Fonte: Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Fazenda

1º de julho de 2012; e 60% em 1º de janeiro de 2013. A partir de 1º de julho de 2013, no mínimo 80% dos recursos da exigibilidade deverão ser aplicados em MPO.

O Crescer está baseado nas seguintes variáveis demonstradas no quadro abaixo.

Figura - 4 Estrutura do Programa CRESCER.



Fonte: Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Fazenda

O foco do programa são os microempreendedores individuais, o foco do programa é desburocratização para a formalização do empreendedor com baixos juros e orientação.

3. PROGRAMA AMAZÔNIA FLORESCER

As primeiras tentativas de implantação de programas de microcrédito no Banco da Amazônia foram desenvolvidas entre os anos de 1998 e 2003. Em 1998, realizaram-se visitas técnicas a instituições que operavam com microcrédito a exemplo do Banco do Nordeste, Centro Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE) e o Banco do Povo, em Belém, objetivando conhecer os procedimentos, as metodologias de operacionalização e um pouco de suas experiências na área. No ano de 2003 constituiu-se um grupo de trabalho (GT) que recebeu capacitação em microfinanças e apontou proposições iniciais de atuação do Banco.

Em 2006, diante de um cenário mais bem definido em âmbito interinstitucional, o Banco da Amazônia celebrou um Acordo de Cooperação Técnica com os ministérios da Integração (MI), Trabalho e Emprego (MTE) e Meio Ambiente (MMA) para elaborar e implementar um Programa de Microfinanças Sustentáveis para a Região Amazônica. Em 2007, mesmo com dificuldades, em decorrência da sua pouca experiência com microfinanças e carência de Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO) para dar suporte a sua atuação, o Banco criou o Programa de Microfinanças denominado “Amazônia Florescer”, instalando sua primeira Unidade Piloto (UP) no município de Ananindeua, Estado do Pará.

A missão do programa é proporcionar aos empreendedores populares da Amazônia Legal, o acesso aos serviços microfinanceiros, com tecnologia diferenciada, possibilitando-lhes a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento sustentável com inclusão e equidade social.

A visão é em 2012, todos os estados da Amazônia Legal sejam atendidos com serviços microfinanceiros diferenciados como forma de combate à redução da pobreza, respeitando o meio ambiente.

Os seus valores são:

- Compromisso com a população excluída;
- Compromisso com as comunidades tradicionais da Amazônia;

- Compromisso com a equidade de gênero, raça e de etnia;
- Respeito ao meio ambiente;
- Transparência;
- Promoção da cidadania;
- Confiança;
- Neutralidade Político-partidária;
- Solidariedade e cooperação;
- Proatividade e Comprometimento;
- Sinergia com os parceiros;
- Ética;
- Empreendedorismo consciente.

O Amazônia Florescer foi concebido para possibilitar o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Amazônia Legal estando em consonância com a Lei nº 11.110/2005, que instituiu o microcrédito produtivo orientado, determinando o emprego de metodologia específica no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos empreendedores populares. Essa metodologia visa garantir melhor controle da adimplência em razão de sobretudo, buscar o desenvolvimento do cliente com retorno para a instituição supridora do recurso.

A filosofia do programa se baseia no relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica por meio de empréstimos sequenciais, graduais, sob medida para suas necessidades, com acompanhamento in loco do seu desenvolvimento individual e do negócio.

Para cumprir seu objetivo, o Programa conta com Unidades de Microfinanças (UMF), uma das estratégias do programa para melhor receber a clientela formada por trabalhadores autônomos, tais unidades gozam de certa autonomia operacional, mas são administrativamente subordinadas a agência-madrinha do Banco da Amazônia.

O público-alvo do Programa Amazônia Florescer é predominantemente composto por donos (as) de pequenos negócios, na maioria informais que realizam uma atividade econômica autônoma e autofinanciada através de poupanças próprias

ou de parentes e amigos. São pessoas que conhecem bem seu ramo de atividade e cuja orientação é voltada primordialmente para o sustento da família.

A forma de acesso ao Programa Amazônia Florescer é por meio de grupos solidários, que é a reunião voluntária e espontânea de 4 a 8 empreendedores que se conhecem, mantêm relações de confiança e residem ou trabalham próximos. A idéia básica é que dificuldades ou fragilidades individuais possam ser superadas pela responsabilidade e segurança coletiva propiciada pela formação de um grupo de empreendedores. A metodologia transfere aos próprios clientes a responsabilidade pela seleção, monitoramento e cobrança e têm se constituído numa grande ferramenta de redução do risco e custo de transação nas microfinanças.

De acordo com o supervisor do programa na Unidade de Microfinanças da Cidade Nova, Alan França Farias, a característica principal do Amazônia Florescer é o aval solidário, que em poucas linhas quer dizer que se um membro do grupo não conseguir pagar sua dívida mensal, os outros se encarregam juntos de cobrir o déficit. É o grupo que paga a mensalidade para o Banco, e não o indivíduo. Quando o grupo liquida integralmente suas parcelas, o contrato é renovado e o valor do financiamento aumenta.

Inicialmente os empreendedores (as) participam de uma reunião ou palestra informativa sobre o programa realizada no seu próprio bairro. Posteriormente inicia-se o processo de crédito, todo ele executado no próprio local onde é desenvolvida a atividade econômica. Os créditos destinam-se ao capital de giro e somente após os empreendedores participarem de pelo menos duas experiências exitosas na modalidade de grupos solidários é que poderão acessar o crédito de forma individual, quando também poderão ser contemplados com o crédito destinado a investimento. O tempo médio gasto entre o primeiro contato com o cliente e a aprovação do crédito têm girado em torno de 7-10 dias e espera-se que nas renovações esse tempo reduza para no máximo 2 dias.

A UMF-Cidade Nova começou a operar em 03 de dezembro de 2007, Sua jurisdição circunscrevem os bairros de Jaderlândia, Cabanagem, Guajará, Curuçambá, Águas Lindas, Águas Brancas, Júlia Seffer, Castanheira, Atalaia, Paar, Distrito Industrial, Aura, Icuí-Guajará e Guanabara,

Para operar o Programa, o Banco da Amazônia celebrou Termo de Parceria com uma Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO), a Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia – (AmazonCred) uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) sem fins lucrativos que atua na área de Microfinanças, Economia Solidária, Empreendedorismo Popular, Meio Ambiente, Desenvolvimento Local e Inclusão Digital ela é a responsável pela execução do Amazônia Florescer, conforme plano de trabalho aprovado pelo Banco da Amazônia.

A IMPO tem como finalidade:

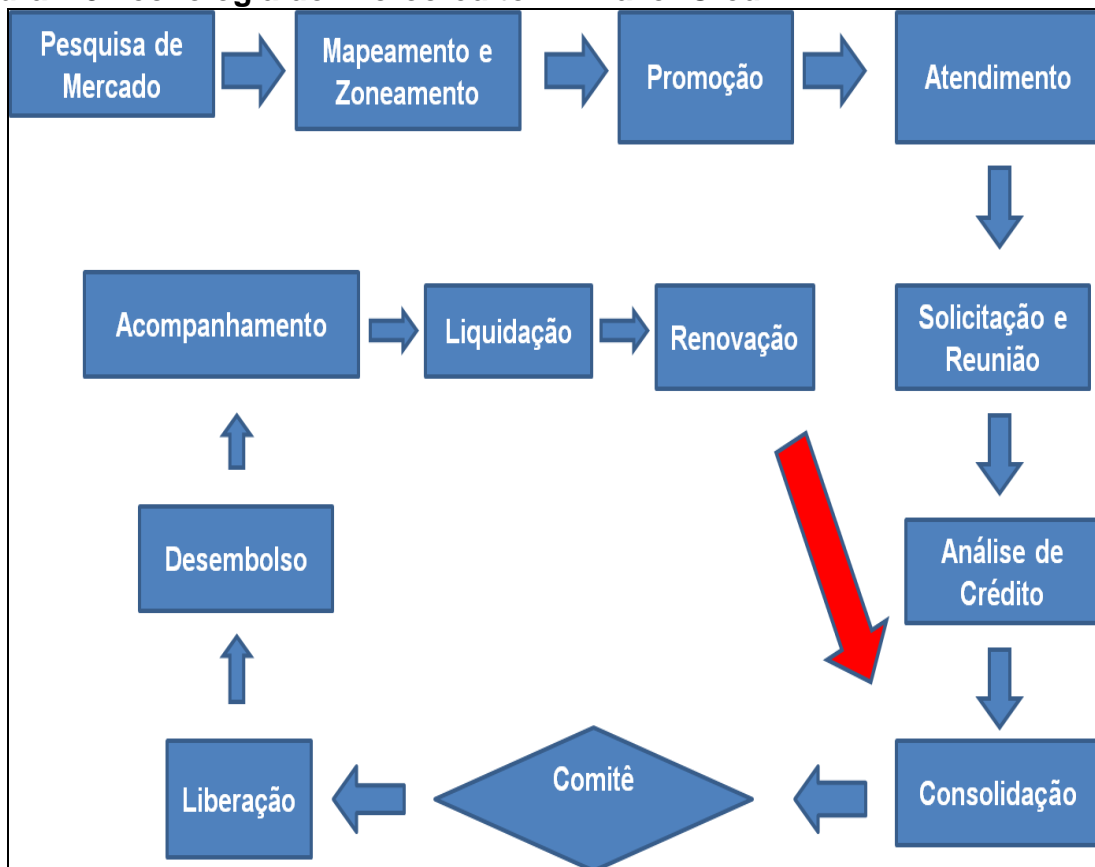
- Prospectar a demanda reprimida de microempreendedores;
- Realizar a promoção do Programa por meio de palestras informativas nas comunidades;
- Divulgação em rádios comunitárias, porta-a-porta, carros-som, etc.
- Atender os microempreendedores;
- Analisar as solicitações de crédito;
- Enviar as solicitações ao Banco da Amazônia, que decide sobre a aprovação ou não do crédito solicitado;
- A IMPO tem ainda a obrigação de acompanhar in loco a operação de crédito e realizar a cobrança em caso de inadimplência.

Na operacionalização do Programa adota-se a metodologia de microcrédito produtivo orientado, que consiste no atendimento, por pessoas treinadas, aos empreendedores formais ou informais, com o fim de efetuar o levantamento sócio-econômico para definição das necessidades de crédito; no relacionamento direto dos assessores com os empreendedores, no próprio local de trabalho; e na prestação de serviços de orientação sobre o planejamento do negócio.

De acordo com o supervisor do programa na Unidade de Microfinanças da Cidade Nova, Alan França Farias, o Amazônia Florescer é uma forma de combater o preconceito que as instituições tem para com as pessoas que possuem restrições no SPC e Serasa, pois o programa concede a credito a pessoas que possuem um limite de divida de R\$ 200,00 em serviços e R\$ 300,00 em consumo.

O Banco da Amazônia atua em primeiro piso, acompanhando, supervisionando e fiscalizando o cumprimento do termo de parceria, e proporcionando o apoio necessário à OSCIP para que o objeto do termo de parceria seja alcançado em toda a sua extensão. O Banco mantém, sob sua responsabilidade, o deferimento das propostas de crédito que lhes são encaminhadas e a liberação das parcelas

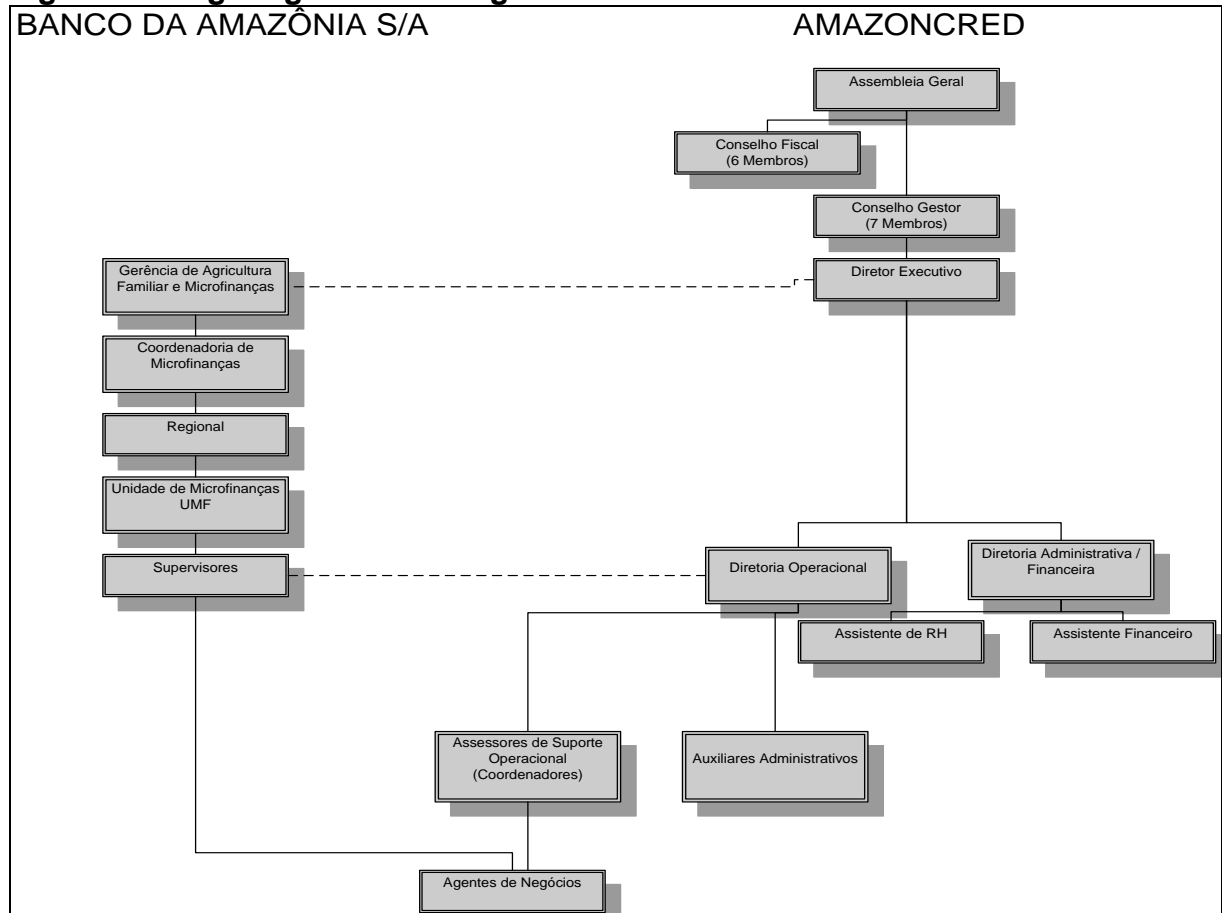
Figura – 5 Tecnologia do Microcrédito – AmazonCred.



Fonte: Relatório da AmazonCred (2010).

O Banco da Amazônia atua em primeiro piso, acompanhando, supervisionando e fiscalizando o cumprimento do termo de parceria, e proporcionando o apoio necessário à OSCIP para que o objeto do termo de parceria seja alcançado em toda a sua extensão. O Banco mantém, sob sua responsabilidade, o deferimento das propostas de crédito que lhes são encaminhadas e a liberação das parcelas

Abaixo está o organograma de gestão do Programa. Do lado direito está o Banco e do lado esquerdo a OSCIP AMAZONCRED.

Figura – 6 Organograma do Programa Amazônia Florescer.

Fonte: Relatório da AmazonCred (2010).

A UMF Ananindeua aplicou em novembro de 2011 R\$ 310.803,00 no desenvolvimento dos Microempreendedores.

3.1 Conjuntura Atual da Cidade de Ananindeua.

Com uma população composta por mais de 500 mil habitantes que impulsionam a economia do município - ele é o que mais cresce no setor da construção civil no Pará. Por conta desse particular alinhamento entre crescimento populacional e econômico, Ananindeua foi considerada o município mais dinâmico do Brasil, o “oásis da Amazônia”, segundo o jornal Gazeta Mercantil, um dos mais respeitados veículos de circulação nacional, especializado em economia. A publicação mapeou os municípios cuja economia apresenta índices reais de crescimento, acima da média nacional. Para se ter uma ideia, a cidade tem crescimento 168% acima da média do Brasil, concorrendo com outros 300 municípios de todo o País.

3.1.1 Empreendedorismo em 2011

O ano de 2011 foi de fortalecimento para a economia de Ananindeua, com diversos incentivos às micro e pequenas empresas e aumento da geração de postos de trabalho em 11,57%, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/PA). As iniciativas de incentivo implantadas e as parcerias da Prefeitura com instituições bancárias também têm contribuído para esse resultado.

Programas e ações contribuem para a formalização e apoio financeiro de micro e pequenos empreendedores e de empreendedores individuais. Foram disponibilizadas várias linhas de crédito por meio de parcerias com o Banco do Brasil e Banpará, via Fundo Municipal de Desenvolvimento (FMD), o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), o Credpará e o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO).

O total de R\$ 80 mil foi liberado em linhas de crédito aos micros e pequenos empreendedores do município. “Em Ananindeua eu pude aumentar o meu armarinho graças às inúmeras facilidades que a Secretaria tem dado.

Em 2011, a Secretaria de Desenvolvimento de Ananindeua (Sedes) também apoiou o empreendedor individual de Ananindeua com cursos, orientações e assistência técnica focada no empreendedorismo.

“Temos que valorizar cada vez mais o micro e pequeno empreendedor, porque eles são a base da economia do município. Nossa função é capacitá-los cada vez mais e lhes dar melhor condição para que eles desenvolvam e ajudem no desenvolvimento de Ananindeua”, destacou o secretário municipal de desenvolvimento, Francildo Nobre.

Só neste ano, mais de 6.500 empreendedores individuais passaram a contribuir com pagamento de impostos, fortalecendo a economia formal.

3.1.2 Programa Microcrédito empreendedor

O programa “Microcrédito Empreendedor”, resultado de uma parceria com o Banco do Estado do Pará e o Banco do Brasil, de onde surgiram o Fundo Municipal de Desenvolvimento (FMD), o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) e o Credpará, incentiva hoje os micros e pequenos empreendedores do município. Em 2009, a iniciativa possibilitou a liberação de recursos para que interessados em melhorar ou mesmo montar o seu próprio negócio tivessem o apoio necessário para isso. Ao todo, foram contemplados mais de 260 micros e pequenos empreendedores, totalizando mais de 600 mil em linhas de crédito.

3.1.3 Programa Cidadão Empreendedor.

Criado e implantado no município desde 2005, o Programa promove o desenvolvimento dos pequenos empreendedores residentes no município.

O apoio se dá por meio de orientações sobre a busca de soluções para problemas comuns, a elaboração de compras e vendas conjuntas e encaminhamento para participação em feiras e congressos. As orientações são acompanhadas, ainda do benefício de um micro-crédito.

“A nossa intenção é dar subsídios aos micros e pequenos empreendedores locais, facilitando a independência financeira deles e o desenvolvimento econômico do município”, afirma o Secretário de Desenvolvimento Econômico de Ananindeua, Reginaldo Ferreira.

Além da facilidade de crédito, o Programa trabalha formando os chamados núcleos setoriais. Estes são grupos de empreendedores de um mesmo segmento que se reúnem periodicamente no próprio bairro e são orientados por um consultor treinado na metodologia “Empreender”, para discutirem problemas comuns entre si e buscarem solução conjunta.

Desde o início do Programa cerca de R\$ 100 mil já foram liberados. Isso demonstra a importância que os micros e pequenos empreendedores têm para Ananindeua. Nessa parceria entre Prefeitura, Banpará e empreendedores locais, todos saem ganhando.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.

A estrutura dos relatórios de pesquisa, como a dos próprios projetos, varia consideravelmente. Os relatórios de pesquisa apresentam em primeiro lugar um resumo daquilo que se pretendia realizar, pois quando se confecciona o projeto de pesquisa, o pesquisador tenta trabalhar com aquilo que seria ideal, e pressupõe condições ótimas de realização do projeto, todavia isso nem sempre ocorre. Por vezes, durante o curso da pesquisa, é necessário alterar o rumo originalmente proposto ou mesmo a rever a metodologia. O projeto é apenas um plano que, quando da execução, pode ser alterado. Mas é preciso não perder de vista os objetivos iniciais e a metodologia originalmente proposta e, sobretudo, justificar eventuais alterações de plano.

4.1 Limitações da pesquisa

A amostra determinada na metodologia de 100 questionários foi alcançada, entretanto algumas limitações foram encontradas no decorrer da pesquisa a primeira foi o fato do local de aplicação dos questionários a unidade de microfinanças do Programa Amazônia Florescer na cidade de Ananindeua, como os entrevistados eram integrantes de grupos solidários que estavam aguardando o atendimento para renovação do empréstimo, a primeira coisa que geralmente eles indagavam era se o fato de participarem da pesquisa iria ter influência no novo crédito pleiteado, isto demonstra uma correlação do ambiente na pesquisa, todavia a abordagem foi elaborada a partir de uma linguagem adequada ao nível de entendimento dos entrevistados evitando o uso termos técnicos, a indução nas respostas e com a explanação dos objetivos da pesquisa. Assim, todos foram informados que a pesquisa era acadêmica onde a mesma tinha como intenção primordial analisar a importância do microcrédito na estruturação de pequenos negócios. Outra peculiaridade observada durante o levantamento dos dados se constituiu pelo fato de alguns entrevistados terem dificuldades de leitura devido a problemas oftalmológicos situação que foi resolvida pela leitura do questionário pelo pesquisador à eles ou isto, era realizado pelos acompanhantes dos mesmos.

Foram entrevistados 50 (cinquenta) clientes ativos do programa que já obtiveram no mínimo alguma renovação do empréstimo, para atingirmos o maior

número possível do programa a pesquisa foi feita em 5 (cinco) dias, no horário de 8 (oito) às 12(doze) horas e foi pesquisado no máximo 2(dois) integrantes de cada grupo, ou seja, foram entrevistados no mínimo 25 grupos do programa.

Um fator determinante referente as pesquisa documental proposta na metodologia que não foi alcançado foi o relatório anual de o Programa Amazonia Florescer apenas da agencia de microfinanças do município de Ananindeua, entretanto foi analisado o relatório anual de 2010 de todo o programa.

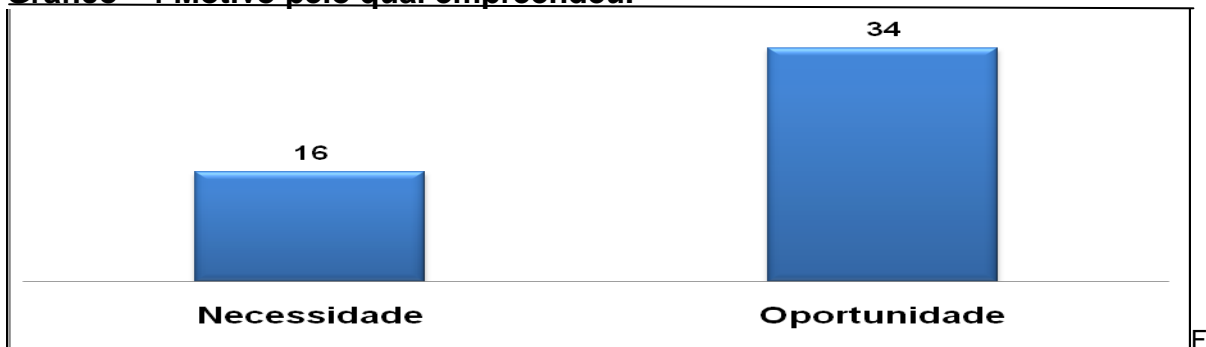
4.2 Dados levantados

Os dados são referentes ao 50 questionários que foram utilizados na pesquisa, todos passaram por uma análise minuciosa e após foram tabulados com a ajuda do *software* MS Excel 2007.

4.2.1 Tipo de empreendedor

A 1º parte do questionário tem como intenção descobrir o tipo do empreendedor.

O questionário começa com a pergunta, empreendeu por? Necessidade ou Oportunidade. Com o intuito de conhecer que fatores foram determinantes para o entrevistado começar a desenvolver a atividade produtiva de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2010), o empreendedorismo por necessidade é aquele onde a pessoa se torna empreendedora por não ter outra opção de trabalho já o empreendedorismo por oportunidade á pessoa começa a exercer a atividade empreendedora não por não ter outra opção de trabalho e sim por ter identificado uma oportunidade de negocio que desejou perseguir. A pesquisa demonstrou que 68% dos entrevistados empreendeu por oportunidade contra 32% que empreendeu necessidade, assim conclui-se a proporção da vocação empreendedora do brasileiro que em números absolutos, só fica atrás apenas da China, conforme (GEM, 2010). Essas informações são ratificadas com o gráfico a seguir.

Gráfico - 4 Motivo pelo qual empreendeu.

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

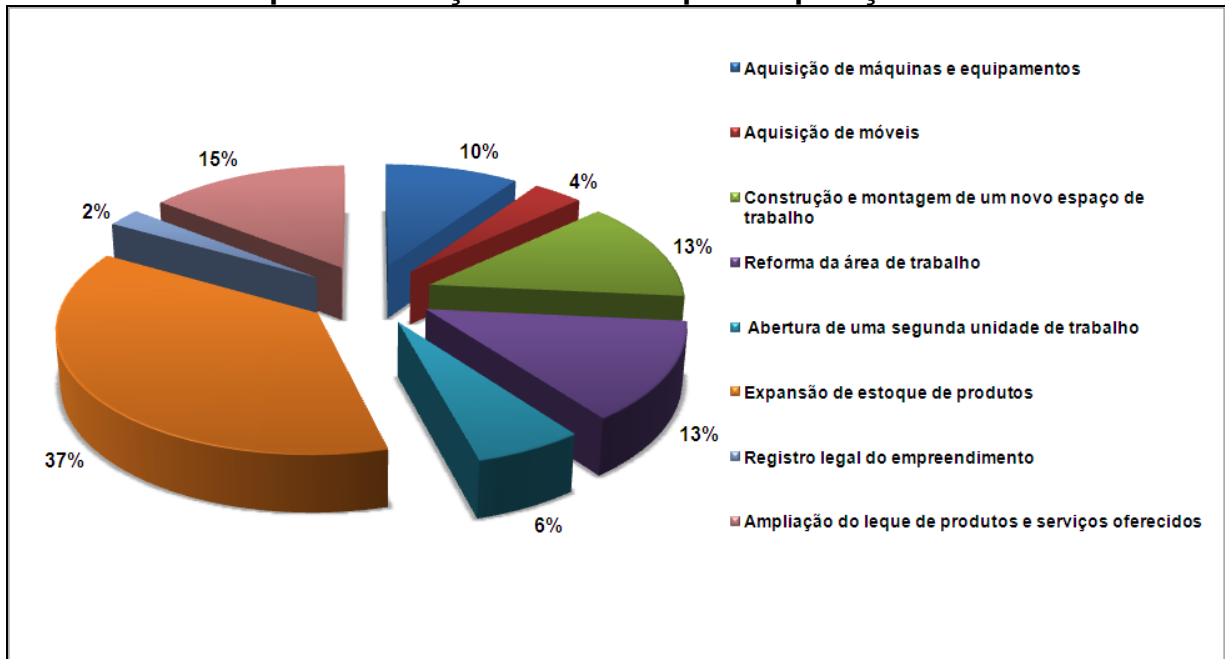
De acordo com (GEM, 2010), Ainda no Brasil em 2010, entre os empreendedores por oportunidade 43% o fizeram pela busca de maior independência e liberdade na vida profissional; 35,2% pelo aumento da renda pessoal; 18,5% apenas para a manutenção de sua renda pessoal, enquanto 3,3% citaram outros motivos, ou seja, 78,2% vislumbram uma oportunidade de aprimorar a vida com o negócio que estão abrindo. A efervescência do empreendedorismo no Brasil está sendo visto por outro prisma, isso sustenta a postura do governo com o desenvolvimento expressivo de programas governamentais para este setor nos ultimo 6 (seis) anos com a criação do PNMPO em 2005, sendo uma das principais alternativas ao desemprego estrutural desencadeado pelas inserção de novas tecnologias nos meios de produção.

4.2.2 Impactos no desempenho operacional dos empreendimentos.

A segunda parte do questionário tem como alvo analisar os impactos do microcrédito no desempenho operacional do empreendimento.

A indagação do questionário consistia em identificar, quais foram às principais mudanças ocorridas na empresas desde o inicio das operações com o microcrédito do Banco da Amazônia? As respostas obtidas podem ser analisadas no gráfico abaixo.

Gráfico – 5 Principais mudanças ocorridas após a operação de microcrédito.



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

De acordo com o sitio do (Banco do Povo Paulista¹⁶) a definição de capital de giro, consiste no dinheiro necessário para importantes necessidades do empreendimento como: mercadorias em geral; matérias-primas; conserto de máquinas, equipamentos, veículos; animais para comercialização, tração, cria, recria, engorda, produção de leite, mel, ovos; sementes, mudas, fertilizantes, insumos, ração; pneus; vasilhames: botijão de gás, galões de água, caixas plásticas, garrafas de bebidas, extintores de incêndio; publicidade e divulgação do empreendimento.

O giro solidário foi a única operação realizada pelo Amazônia Florescer no ano de 2011 o gráfico demonstra que objetivo está sendo alcançado 37% aumentaram seus estoques e 15% dos clientes aumentaram o leque de produtos e serviços, esses dados comprovam o efeito que o acompanhamento do agente de crédito pode proporcionar ao empreendimento através de suas observações in loco do cliente do programa, 15% dos clientes reformaram sua área de trabalho.

Há uma superioridade do setor de comércio¹⁷ ocasionada pelo tempo de giro do produto. Geralmente no comércio ocorre mais rápido que nas atividades

¹⁶ <http://www.bancodopovo.sp.gov.br/>

¹⁷ Fonte: Relatório anual do Programa Amazônia Florescer (2010)

industriais e de serviços, como o capital de giro concedido pelo microcrédito que tem pequeno prazo para amortização, adequa-se melhor às atividades voltadas para esse setor. Isso enfatiza o investimento realizado pelos empreendedores.

Em decorrência das transformações ocorridas nos pequenos negócios, com os resultados encontrados após a operação de microcrédito no BASA, o pesquisador procurou questionar os entrevistados sobre a participação do Banco com essas ocorrências. Ou seja, se eles acreditavam que as mudanças ocorridas tinham alguma relação com a operação creditícia disponibilizada pelo BASA. Verificou-se que 98% dos respondentes afirmaram que as mudanças são atribuídas ao papel direto ou indireto do microcrédito, fato que foi negado ou minimizado pelos demais entrevistados.

A seguinte indagação consistia em descobrir se desde o início de suas operações com o microcrédito, qual foi a estimativa de variação de (crescimento) da renda mensal média da microempresa (%)?, A tabela abaixo mostra o que foi diagnosticado com base nessa indagação.

Tabela – 2 Variações de crescimento da renda mensal da empresa.

	Quantidade	%
Até 2%	5	10%
De 3 a 5%	23	46%
De 6 a 10%	17	34%
Acima de 11%	5	10%
Total	50	100%

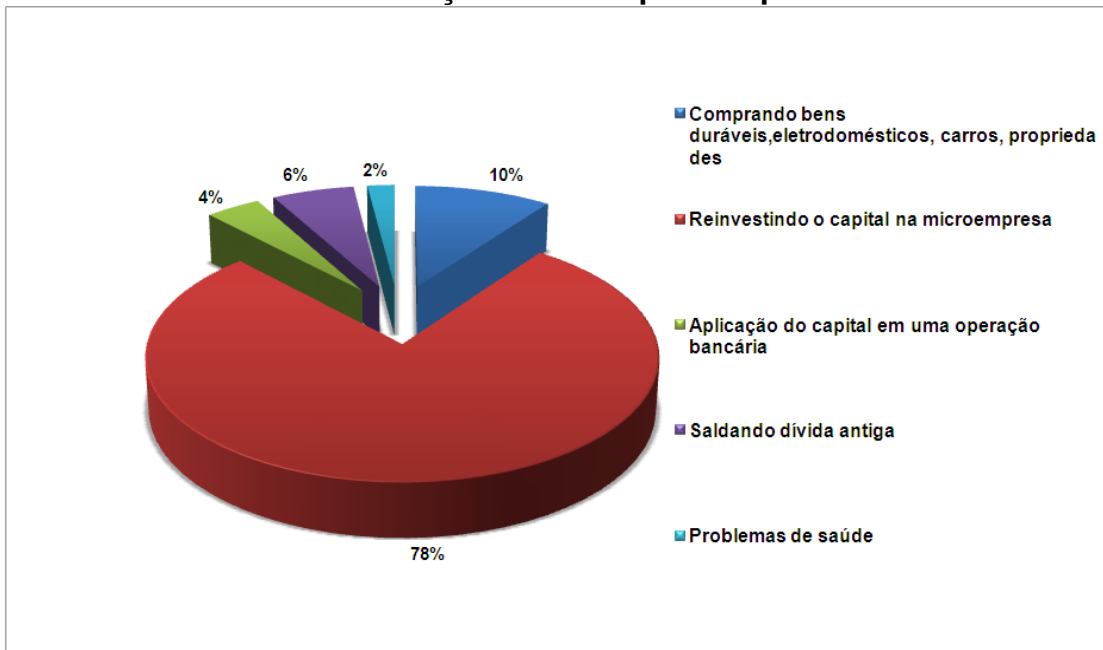
Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Como foi mencionado outrora as atividades envolvidas na pesquisa são considerados segundo nanonegócios¹⁸ (NERI, 2008), ou seja, atividade que envolvem de pequenos portes que com o apoio de políticas públicas ou privadas como o microcrédito podem crescerem e se desenvolverem gerando emprego e renda o fomentando o consumo interno.

Logo em seguida foi feita a seguinte assertiva de que forma o empreendedor utiliza o lucro do seu negócio? Os dados obtidos foram:

¹⁸ Trabalhadores por conta própria com até 5 (cinco) empregados.

Gráfico – 6 Formas de utilização do lucro pelo empreendedor.



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

As mudanças descritas anteriormente só foram possíveis mediante o fato de 78% dos entrevistados reinvestirem o capital na microempresa, isto significa que eles buscam solidificar seu empreendimento, através do aumento de estoques para atender seus clientes na hora que eles precisarem e diversificando o número de produtos e serviços oferecidos, isso também pode ser justificado pelo fato de 60% dos entrevistados terem a empresa como sua única fonte de renda, todavia outros fatores contribuí para isso como a questão de muitos clientes já estarem na faixa etária de 36 à 45 anos e serem detentores de experiência com atividades produtivas.

Após, estas perguntas foi indagado aos empreendedores qual o principal impacto na equipe de trabalho? As informações coletadas estão dispostas na tabela abaixo.

Tabela – 3 Principal impacto na força de trabalho.

	Quantidade	%
Investimentos em capacitação da equipe	23	46%
Incorporação de novos membros da família	14	28%
Aumento da remuneração do quadro funcional.	13	26%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

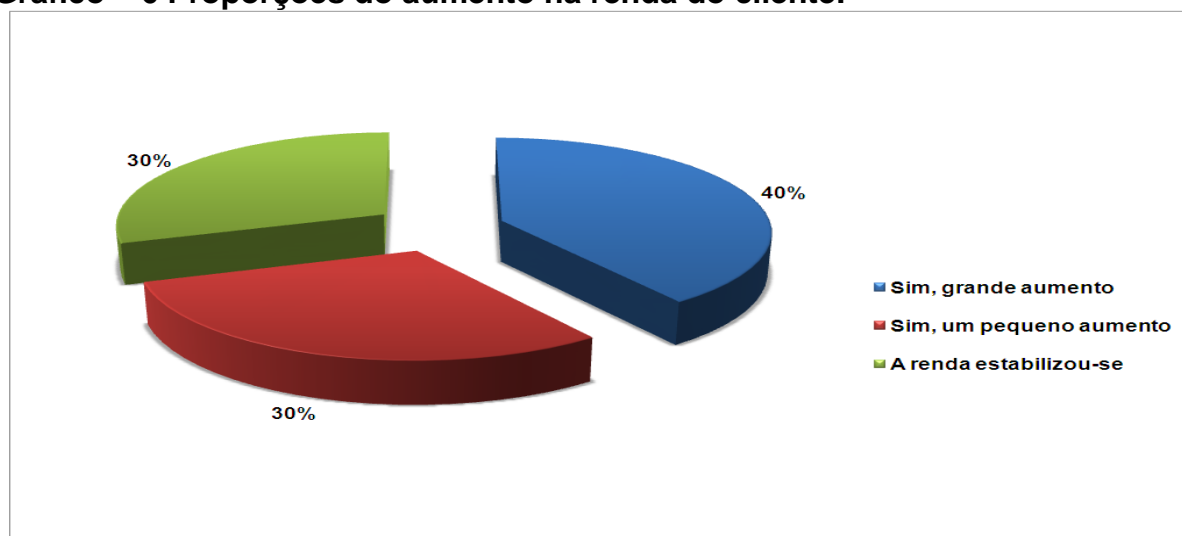
Tais informações demonstram uma pequena ausência de um elemento o fator capacitação no programa, esse fator é o diferencial do programa do Banco do Nordeste – BNB que priorizou este fator como essencial para alcançar seus objetivos, outro programa que se enveredou por este caminho foi o fundo ver- o – sol que em 2001 durante a gestão do PT criou a escola do empreendedor que neste mesmo ano capacitou 2500 pessoas e o Banco do Povo Paulista desenvolveu um curso online disponível em seu sitio. Os clientes buscam preencher essa lacuna com cursos oferecidos em centros comunitários, associações e fundações e órgãos do sistema S. O fato das empresas analisadas serem informais e familiares, demonstram que com as suas expansões, novos membros da sua família se tornam participantes na atividade produtiva gerando ocupações ao mesmo, muitas vezes o sistema de remuneração é acertado de forma tácita entre os familiares.

4.2.3 Impactos na qualidade de vida.

A próxima parte do questionário diz respeito ao impacto proporcionado pelo microcrédito na qualidade de vida dos entrevistados.

A primeira dessa fase da pesquisa teve como intento descobrir se a participação no programa acarretou em aumento da renda do cliente e em que proporção foi tal fato.

Gráfico – 6 Proporções do aumento na renda do cliente.



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Muitos dos projetos apresentam grande viabilidade de crescimento e expansão esse potencial tende a ser impulsionado mediante o reinvestimento do lucro na própria empresa, 63% das famílias participantes do programa no final de 2010 possuíam renda de até R\$ 600,00 e 96% são empreendimentos familiares (Relatório anual do BASA). Um fato importante é que todos os entrevistados apresentaram algum aumento, geração de renda, acontece quando se consegue criar um produto e comercializá-lo, fazendo com que haja retorno financeiro capaz de proporcionar ao empreendedor capacidade de suprir suas necessidades básicas, todavia como parte dessa renda e reinvestida no empreendimento tende – se não apenas o crescimento, mas sim um desenvolvimento econômico provocando melhoria na qualidade de vida.

O trabalho de campo levantou outra informação importante é que apenas 16% dos entrevistados ou algum membro da sua família voltou a estudar depois do empréstimo a maioria em virtude de serem possuidores apenas de conhecimentos técnicos, esse percentual bem pequeno está correlacionado com o fato de 68% dos participantes da pesquisa responderem que após o empréstimo houve aumento da jornada de trabalho.

As mudanças pertinentes a condição de moradia ocorridas no período recente (posterior a sua condição de cliente) envolveram diversos fatores como os apresentados na tabela 4.

Tabela 4 – Principais mudanças posteriores à utilização do microcrédito.

	Quantidade	%
Aquisição da casa-própria	2	4%
Pagamento da dívida da casa própria	1	2%
Construção da casa-própria	0	0%
Ampliação ou reforma	19	38%
Nenhuma mudança	28	56%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Os dados demonstram que a principal alteração em relação às condições de moradia foi ampliação ou reforma isso pode ser explicado pelo fato de 48% dos

participantes efetuarem suas atividades na sua própria residência, outra questão relevante é que 86% dos clientes possuem casa própria e 26% dos clientes do programa são casados.

Tabela 5 – Principais mudanças posteriores à utilização do microcrédito.

	Quantidade	%
Ônibus	27	54%
Bicicleta	14	28%
Moto	5	10%
Carro Próprio	4	8%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Em relação ao transporte mais utilizado, após ao empréstimo o ônibus ainda predomina no cotidiano dos entrevistados representando 54%, seguido pela bicicleta 28%, a maioria dos empreendimentos como já foi demonstrado isso e ratificado pelo fato da maioria dos empreendimentos serem realizados na própria residência, outra variável importante que explica essa questão que 58% dos clientes são do sexo feminino que investe em outros bens duráveis que será abordado na próxima questão.

Na tentativa de medir outras mudanças ocasionadas na vida do pequeno empreendedor, foram exploradas as aquisições de bens de consumo duráveis a partir do momento de início de suas operações de microcrédito. Esses itens não se encontram escalonados como numa hierarquia de bens básicos de consumo na Tabela 6 abaixo.

Tabela 6– Clientes possuidores de bens duráveis.

	% Antes	% Depois
Freezer	18%	12%
Máquina de lavar roupas	28%	22%
Televisão de 29 polegadas	24%	6%
Microondas	14%	10%
DVD	24%	4%
Microcomputador	2%	6%
Plano de Saúde	2%	10%

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

* A porcentagem de clientes antes e depois do crédito, essa pergunta permitiu mais de uma resposta.

Pela Tabela 6 nota-se que proporção fica bastante reduzida para produtos como microcomputador e plano de saúde, principalmente porque nesse último caso, o valor é muito alto para se ter um plano com cobertura para toda família, também foi verificado que a máquina de lavar roupa é um equipamento presente em 50% da totalidade de domicílios investigados, praticamente o mesmo ocorre com o aparelho de freezer e televisão de 29 polegadas onde esses aparelhos fazem parte de 30% dos pesquisados, mas quando a pergunta se referiu a microondas, apenas 24% possuíam o produto. De todos o DVD só perde para a máquina de lavar a roupas em relação à proporção de posse de bem antes do empréstimo, esse fato está correlacionado a queda de preço do mesmo e o aumento da pirataria.

Em quase todos os itens apresentados, é possível perceber que estes tiveram um percentual posterior bem menor que anterior, portanto este fator evidencia que a finalidade do crédito orientado visa alavancagem da empresa com a aplicação do microcrédito apenas no pequeno negócio. Porém o microcomputador, bem como o plano de saúde foram itens que tiveram grandes alterações, o primeiro pelo fato de estar sendo visto como um elemento importante na gestão do empreendimento e o segundo o plano de saúde, foi avaliado pelos respondentes como um fator de grande valia, pois em alguns casos, foi possível adquirir um plano para cobrir os filhos.

4.2.4 Visão do cliente as sua vida antes e depois do empréstimo

As duas últimas perguntas tinham como alvo observar a visão do cliente da sua vida antes e depois do microcrédito, 96% dos pesquisados consideram que sua vida melhorou depois do empréstimo essa melhoria pode ser avaliada em virtude do aumento da renda da estruturação do empreendimento e das demais variáveis que sofreram alterações e 100% dos pesquisados relataram que o programa Amazônia Florescer Ihe foi uma ajuda.

Pode-se narrar que a participação no programa de microcrédito provocou alterações substanciais na estrutura financeira dos pequenos empreendedores, repercutindo na melhoria da qualidade de vida e na evolução na renda dos mesmos renda per capita inicial dos clientes em relação a atual, ocasionada pela melhoria e/ou crescimento do pequeno empreendimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

As transformações ocorridas nos últimos anos com estabilização da economia brasileira produziu efeitos não negligenciáveis sobre os setores empregadores, cada vez mais direcionados pelos critérios de eficiência e competitividade, que vem influenciando de forma decisiva para a redução da capacidade de absorção de mão-de-obra, tais fatos culminaram no aumento do grau de informalidade e precarização dos postos de trabalho.

A diminuição do número de empregos formais gerou o crescimento dos pequenos negócios e nanonegócios na estrutura econômica brasileira, como uma opção encontrada pela população para obter trabalho e renda, muitos destes empreendem em negócios com recursos advindos de poupanças pessoais, amigos e conhecidos e alguns casos de agiotas que são vistos naquele momento como a solução mais viável, entretanto no decorrer do tempo se mostrar como uma opção de alto risco tanto para que empresta e para que recebe o crédito. Nesse contexto, esses empreendimentos atualmente passaram a exercer um papel relevante na economia e sua representatividade e importância socioeconômica foram demonstradas pelo fato de serem grandes geradoras de renda e de desenvolvimento socioeconômico local.

A partir da definição e do princípio do microcrédito, ele, ao ser tratado como um instrumento que incorpora a população aos serviços do mercado financeiro, por meio da liberação de empréstimos de valores, pois se acredita que tais negócios apresentam uma produtividade de capital muito alta quando recebem aplicações em pequenas doses. As experiências com microcrédito representam uma forma de democratizar o acesso ao dinheiro e de transformá-lo em riquezas para os pequenos empreendedores que dele se utilizam.

Essas análises foram perceptíveis com a realização da pesquisa que procurou identificar e descrever a instituição que atua com o microcrédito na município de Ananindeua, no caso o Banco do Amazônia (BASA), a forma de liberação de crédito, além de verificar como foram empregados os recursos financeiros obtidos.

Todavia, a pesquisa respondeu as hipóteses, no intuito de verificar a importância do microcrédito para o pequeno empreendedor ananindeuense como mecanismo de alavancagem empresarial e suas repercussões no desenvolvimento socioeconômico local. Foi possível verificar que o microcrédito, ao ser liberado, permitiu crescimento do empreendimento e promoveu mudanças estruturais, como a expansão de estoque de produtos e ampliação do leque de produtos oferecidos, construção e montagem de uma nova área de trabalho e da reforma da área de trabalho.

E, após o uso do microcrédito, o resultado foi alavancar o lucro que, em parte, era reinvestido no capital da empresa e, a outra parte revertida em renda que alguns casos foi utilizado para aquisição de bens.

Quanto ao retorno financeiro gerado por meio da utilização do microcrédito, significou aumento da renda familiar, resultando em aquisição de bens duráveis, que, neste trabalho foi classificado como melhoria na qualidade de vida, ou seja, todos os pesquisados tiveram, posterior à utilização do crédito, algum tipo de progressão no pequeno negócio refletindo a vida familiar.

Dessa forma, constatou-se que o microcrédito é uma fonte de recurso adequado para o atendimento das necessidades de crédito dos pequenos empreendedores que ajuda a estimular o crescimento dos micro e pequenos negócios, ao fornecer recursos para atender prontamente essas necessidades, de forma a corrigir as restrições no acesso ao crédito, ocorridas no sistema financeiro tradicional.

Com a pesquisa pode-se constatar o efeito positivo do programa de microcrédito do BASA, quanto a sua atuação na cidade de Ananindeua, no que diz respeito ao volume de micro e pequenos negócios mantidos por meio destes recursos do crédito, demanda a geração de renda.

Conclui-se que a postura de desenvolvimento adotado Banco da Amazônia promove o crescimento e a prosperidade econômica e social a médio e longo prazos, ao adotar ações de orientação das atividades econômicas, na medida em

que estas integradas em cadeias produtivas viabilizaram a dinamização da economia.

Uma forma de expandir e intensificar as microcrédito no município de Ananindeua, seria através de um grande programa de marketing que atinja todos os empreendedores de baixa renda. Mas, antes disso é necessário que todas as instituições de Microcrédito estejam preparadas para aumentar suas carteiras de clientes ativos, pois pode haver um desequilíbrio estrutural, visto a demanda potencial por Microcrédito é extremamente elevada e ocorrendo um boom nesse mercado, talvez ele não suporte tanta demanda.

De acordo com (GEM, 2010) o Brasil, a Taxa de Empreendedores Iniciais (TEA) de 2010 foi de 17,5%, a maior desde que a pesquisa GEM é realizada em nosso país, demonstrando a tendência de crescimento da atividade empreendedora, considerando a população adulta brasileira de 120 milhões de pessoas, isto representa que 21,1 milhões de brasileiros estavam à frente de atividades empreendedoras neste ano.

De acordo com (GEM, 2010), "... o povo brasileiro é criativo, mas não há conhecimento suficiente para transformar em inovação. Há falta de educação em empreendedorismo e ausência de base cultural". Tal situação presente em nosso país requer das IMFs um investimento considerável em capacitação o programa do CredAmigo do Banco do Nordeste focalizou como essência do seu sistema a capacitação tanto dos agentes de crédito como dos clientes, assim, foi possível os agente atuarem na prestação de serviços de orientação sobre o planejamento do negócio e educação financeira.

O Fundo Ver-O-Sol vinculado a Prefeitura municipal de Belém do Pará oferece cursos de capacitação gratuitos, como por exemplo: Gestão Empreendedora, Noções de Contabilidade, Atendimento ao Cliente, Aprender a Empreender, Controle Financeiro, Custos e Formação de Preços, Iniciação ao Departamento Pessoal, Gestão para Pequenos Negócios, Marketing e Vendas, Contabilidade para não Contadores, Como elaborar Plano de Negócios e Técnicas de Vendas, todos ministrados em parceria com o Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas do Pará (Sebrae-PA). E aos iniciantes também é oferecida uma

consultoria de empreendedorismo, através dos Agentes de Crédito do Fundo Ver-O-Sol.

Ao apresentar estudo empírico original de avaliação de impacto de programa de microcrédito, este trabalho espera contribuir para o debate sobre as alternativas de políticas públicas de geração de renda, inclusão social, combate ao *apartheid* financeiro e desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. MOREIRA, Luiz Mauricio Franco. **Laços sociais nomonitoramento do microcrédito**. Pesquisa e Debate. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br>

ACCIÓN INTERNACIONAL. **Estatísticas da Real Microcrédito**. Disponível em: <http://www.accion.org/Page.aspx?pid=677>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

ALVES, Sergio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Microfinanças: democratização do crédito no Brasil, a atuação do Banco Central**. 3 ed. rev. e ampliada. Brasília: BCB. 2006. 91 p.

ARROIO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Populare solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARONE, Francisco Marcelo, LIMA, Paulo Fernando, DANTAS, Valdi e REZENDE, Valéria. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002 Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Análise dos Dados Consolidados – Ano 2008**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/pnmpo/bd_permanente.asp. Acesso em 10 de novembro de 2011.

CREDIAMIGO. **Relatório Anual 2010**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em 14 de novembro de 2011.

DANTAS, Valdi de Araújo. **A Tecnologia do microcrédito produtivo orientado**. 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>.

GEM – Global *Entrepreneurship* Monitor. **Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo**. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed., São Paulo, Editora Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**. 12 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GÓIS, Lúcia Spinola. **As Diferentes Metodologias de Microcrédito no Mundo e no Brasil**. SERASA, 2007. Disponível em: www.mte.gov.br/pnmpo/metodologias_microcredito.pdf.

NERI, Marcelo Côrtes. **Microcrédito, O Mistério Nordestino e o Grammen Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2008.

NICHTER, Simeon. GOLDMARK, Lara. FIORI, Anita. **Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

OLIVEIRA, Valéria Rodrigues de. **Desmitificando a pesquisa científica**. Belém: EDUFPA, 2008.

REYMÃO Ana Elizabeth Neirão. **O capital social dos pobres garante seu acesso aoCrédito? Um estudo comparado de experiências de Microcrédito no brasil e no Chile**. Tese de Doutorado.Universidade Federal de Brasília. Centro de pesquisa e pós-graduação sobre as américas –CEPPAC, Brasília, 2010.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. **Disseminação de Programas Públicos de Microcrédito: O Caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Dissertação deMestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação GetúlioVargas. São Paulo, 2007.

SILVEIRA FILHO, Jaime Albuquerque. **Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE**. Dissertação de Mestrado.Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas.Departamento de Economia. Recife, 2005.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: A auto gestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SOARES, Marden Marques; Sobrinho, Aberlado Duarte de. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de credito**. Banco central do Brasil. Brasília: BCB, 2008.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. 1.ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

YUNUS, Muhammad.**Um mundo sem pobreza**. 1.ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

LISTA DE SÍTIOS

BANCO DA MULHER **Sítio corporativo**. Disponível em: <http://www.bancodamulher.org.br/>. Acesso em: 29 de agosto de 2011.

BANCO DO POVO PAULISTA. **Desempenho Operacional 2011**. Disponível em: <http://www.bancodopovo.sp.gov.br>. Acesso em 05 de novembro de 2011.

GERA NEGOCIO **Sítio corporativo** Disponível em: <http://www.geranegocio.com.br/html/geral/microcredito/microdiv.html>. Acesso em: 02 de agosto de 2011.

GRAMEEN BANK. **Sítio corporativo**. Disponível em: <http://www.grameen-info.org>. Acesso em 08 de novembro de 2011.

PORTOSOL. Instituição Comunitária de Crédito. **Sítio Corporativo**. Disponível em: <http://www.portosol.com>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

VIVACRED. **Sítio corporativo**. Disponível em: <http://www.vivacred.com.br>. Acesso em: 29 de junho de 2009.

APÉNDICE

Questionário

1. Empreendeu por:

Necessidade Oportunidade

2. Principais mudanças ocorridas na microempresa desde o início das operações de microcrédito:

- Aquisição de máquinas e equipamentos
- Aquisição de móveis
- Construção e montagem de um novo espaço de trabalho
- Reforma da área de trabalho
- Abertura de uma segunda unidade de trabalho
- Expansão de estoque de produtos
- Registro legal do empreendimento
- Ampliação do leque de produtos e serviços oferecidos
- Outros Qual? _____

3. Você acredita que essas mudanças têm relação com sua participação no Banco da Amazônia?

Sim Não

4. Desde o início de suas operações com o microcrédito, qual sua estimativa de variação de (crescimento) da renda mensal média da microempresa (%)?

- Até 2%
- De 3 a 5%
- De 6 a 10%
- Acima de 11%

5. De que forma o empreendedor utiliza o lucro?

- Comprando bens duráveis / eletrodomésticos, carros, propriedades
- Reinvestindo o capital na microempresa
- Aplicação do capital em uma operação bancária
- Saldando dívida antiga
- Problemas de saúde
- Outros Quais? _____

6. A empresa é a sua única fonte de renda?

Sim Não

7. Após o empréstimo no BASA qual foi o principal impacto em sua equipe de trabalho?

- Investimentos em capacitação da equipe
- Incorporação de novos membros da família no empreendimento
- Aumento da remuneração dos salários do seu quadro funcional.

8. No seu entender, houve aumento em sua renda, desde o momento inicial dos empréstimos com o Banco da Amazônia?

- Sim, grande aumento
- Sim, um pequeno aumento
- A renda estabilizou-se
- Houve redução.

9. Você ou algum membro da sua família voltou a estudar após o empréstimo?

- Sim Não

10. O fato de ter pego empréstimo no BASA aumentou o número de horas que trabalha?

- Sim Não

11. Após o crédito obtido, houve alguma mudança em sua residência?

- Aquisição da casa-própria
- Pagamento da dívida da casa própria
- Construção da casa-própria
- Ampliação ou reforma
- Nenhuma mudança
- Outra Qual? _____

12. Transporte mais utilizado, após o empréstimo?

- Ônibus
- Bicicleta
- Moto
- Carro Próprio
- Outros

13. Lista de bens duráveis (posse com relação com a operação do microcrédito):

Produtos	Antes do empréstimo	Depois do empréstimo
Freezer		
Máquina de lavar roupas		
Televisão de 29 polegadas		
Microondas		
DVD		
Microcomputador		
Plano de Saúde		

14. Você considera que sua vida melhorou após o empréstimo?

- Sim Não

15. Qual a sua opinião geral sobre o empréstimo do BASA?

- Ajudaram Não ajudaram

ANEXOS

A) Folder



Amazônia Florescer
é um programa
de Microcrédito
Produtivo Orientado
do Banco da Amazônia
que possibilita
a melhoria de seu
empreendimento,
gerando renda
e desenvolvimento.

Os produtos e condições de crédito relacionados neste impresso estão sujeitos a alterações sem comunicação prévia.



Solicite a visita de um agente de negócios
ou vá a uma de nossas unidades
do Programa Amazônia Florescer.

Ananindeua
Cidade Nova IV, WE 37, casa 208.
Tels.: 4008-2880 / 2881

Belém
Av. Pedro Miranda, 479
(entre Tv. Chaco e Curuzu).
Tels.: 4008-4228 / 4229

Rua Municipalidade, 487
(entrada pela Tv. Quintino Bocaiuva).
Tels.: 4008-3613 / 3653.

BANCO DA AMAZÔNIA
www.bancoamazonia.com.br

Papel 100% reciclado.
O Banco da Amazônia utiliza material reciclado para contribuir
com a conservação dos recursos naturais do planeta porque tem
compromisso com o desenvolvimento sustentável do região.

SAC 0800 727 72 28
Ouvintes 0800 722 21 71

AMAZÔNIA FLORESCER.
UM PROGRAMA
DE CRÉDITO QUE VAI
MUDAR SUA VIDA.

Operação sujeita a aprovação de crédito



Amazônia FLORESCER
CRÉDITO PARA MICROEMPREENDEDORES



Para quem é destinado?

Para microempreendedores do setor informal que queiram desenvolver seus negócios dentro de suas comunidades.

Quais as vantagens?

Crédito rápido: o seu crédito é liberado em no máximo 10 (dez) dias após a solicitação e entrevista com o agente de negócios.

Sem burocracia: não exigimos comprovação de renda, avalista com renda comprovada, cheques, casas, terrenos ou veículos como garantia.

Economia de tempo e dinheiro: a solicitação do crédito é feita no seu empreendimento ou residência.



Créditos sucessivos: você poderá obter crédito quantas vezes achar necessário, para manter sempre seu empreendimento abastecido.

Valores progressivos: você iniciará com valores pequenos que poderão aumentar sucessivamente a partir do segundo crédito, de acordo com o crescimento do seu negócio.

Crédito orientado e acompanhado: o crédito será orientado e acompanhado por um agente de negócios.



Taxa de juros acessível: será cobrada uma taxa de juros mensal de 3,8%, mais 3% de TAC (taxa de abertura de crédito) e IOF (imposto sobre operações financeiras).

Exemplos de Parcelas:

Para um crédito de R\$ 500,00
Quanto pago por mês: R\$ 142,86
Em quanto tempo: 4 meses
Total no final do prazo: R\$ 571,45
(incluindo juros, impostos e taxas de abertura)

Qual a garantia exigida?

Formação de um grupo solidário.

O grupo solidário é a reunião voluntária de quatro a oito empreendedores que se conhecem bem, confiam e cooperam entre si, avalistas uns dos outros, que se juntam com o objetivo de obter um crédito em grupo e crescer juntos.

Quais os requisitos para a formação do grupo solidário?

- Os membros do grupo têm que residir ou trabalhar próximos uns dos outros.
- Cada um tem que ter um negócio próprio há pelo menos 1 (um) ano.
- Não pode ter familiar direto no mesmo grupo, como: pai, mãe, irmãos, cônjuges (marido ou mulher).



O que pode ser financiado?

- Capital de Giro (matéria-prima, mercadorias, insumos para a produção, etc.).
- Investimento (máquinas, equipamentos, pequenas ferramentas, pequenas reformas, etc.).
- Misto (Capital de Giro + Investimento).

Quais atividades são financiadas?

Mercearias, mercadinhos, feirantes, lanchonetes, armarinhos, venda de açaí, comidas típicas, venda de cosméticos, confecções, costureiras, oficinas, borracheiros, manicure, cabeleireiro, artesanato, doces e salgados, movelaria e muitos outros.



O que é necessário?

Apresentar cópia do CPF, RG e comprovante de residência.

Como fazer para conseguir o crédito?

Forme um grupo com as pessoas de sua confiança e ligue para nós, que nosso agente irá até você.



B)FOTOS



Equipe Ananindeua – Pará



Aplicação do Programa Amazônia Florescer Urbano-2011



UMF de Ananindeua



Recepção da UMF Ananindeua



Consolidação na UMF de Ananindeua

GLOSSÁRIO

Alavancagem – Resulta do uso de ativos ou fundos a custo fixo para ampliar os retornos aos proprietários da empresa.

Emprego – É a relação, estável, e mais ou menos duradoura, que existe entre quem organiza o trabalho e quem realiza o trabalho. É uma espécie de contrato no qual o possuidor dos meios de produção paga pelo trabalho de outros, que não são possuidores do meio de produção.

Estrutura de Capital – A combinação de capital de terceiros de longo prazo e capital próprio mantida por uma empresa.

Grupos solidários – Chamado Também de Aval solidário, constitui grupos de três a mais pessoas, sendo uns avalistas dos outros, para isso os mesmos tem que se conhecerem, trabalharem em empreendimentos próximos e principalmente confiar uns nos outros. Para o financiamento são necessários apenas os documentos de identidade, CPF, comprovante de residência e orçamento, para cada um do grupo.

Nanonegócios – microempreendimentos, atividades econômicas que envolvam um volume reduzido de recursos, o que compreende desde um vendedor ambulante até uma lojinha com oco empregados, incluindo qualquer negocio entre esses extremos.

Ocupação – “É a espécie de trabalho feito por um individuo, independente da indústria em que esse trabalho é realizado e do status que o emprego confere ao indivíduo”. Ex. trabalhador não remunerado, membro da unidade domiciliar

Trabalho - É o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades físicas e mentais.

Arranjos Produtivos Locais - Aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.